



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

Mestrado em Antropologia Social

Especialização: Antropologia e Desenvolvimento

Expectativas de desenvolvimento resultantes do reassentamento mineiro no bairro de
Nwamuza, distrito de Chibuto, Moçambique.

Candidato: **David Fortunato Muaga**

Orientador: **Doutor José Laimone Adalima**

Maputo, Março de 2021.

Expectativas de desenvolvimento resultantes do reassentamento mineiro no bairro de Nwahamuza, distrito de Chibuto, Moçambique

Dissertação submetida no Departamento de Arqueologia e Antropologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais na Universidade Eduardo Mondlane como requisito parcial para a culminação do curso de Mestrado em Antropologia Social.

Mesa do Júri

Presidente-----

Supervisor-----

Oponente-----

Maputo, ____/____ de 2020

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	iv
ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS.....	v
RESUMO.....	vi
EPÍGRAFE.....	vii
Capítulo I.....	1
Introdução.....	1
Objectivos.....	3
Metodologia.....	4
Informantes-chave.....	7
Considerações éticas.....	10
Problema de Pesquisa.....	11
Pergunta de Partida.....	12
Principais conceitos.....	12
Desenvolvimento.....	12
Reassentamentos.....	14
Inspiração Teórica.....	15
Capítulo II.....	17
Experiências e contextos de Reassentamentos.....	17
Capítulo III.....	20
O Reassentamento em Nwamuza: participação pública e negociação de expectativas.....	20
“Vocês terão uma boa vida”.....	26
Capítulo IV.....	35
Casas novas e vida (in) feliz: O quotidiano de Nwamuza.....	35
Desestruturação do poder tradicional e institucionalização de um vazio do político e sagrado	39
Capítulo V.....	47
Conclusão.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho de fim de curso nunca foi apresentado na sua essência para a obtenção de qualquer grau académico e que ele constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando citadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei na concepção do mesmo.

O mestrando

David Fortunato Muaga

Maputo, 31 de Março 2021.

DEDICATÓRIA

A memória do João

(Meu primeiro informante em Nwamuza)

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu guia e fonte do meu percurso vital.

Ao meu supervisor Doutor José Adalima pela disponibilidade, motivação e interesse na orientação da minha pesquisa. Muitos dos êxitos durante a pesquisa se devem aos seus conselhos e correcções abnegadas (os meus profundos agradecimentos).

Ao Doutor Elísio Jossias pelo “bê-á-bá” sobre as questões de antropologia e desenvolvimento e pelas sugestões insistentes para a melhoria do trabalho.

A Doutora Margarida Paulo por me ter despertado o interesse pela área da Antropologia da Mudança Social, pelas sugestões iniciais do projecto de pesquisa e pelos comentários que foram úteis para o melhoramento da versão final desta dissertação.

Ao Prof. Doutor. Cristiano Matsinhe por ter-me inculcado o “pensar antropológicamente” e os jargões (risos).

A Prof^a. Doutora Carla Braga por todos os ensinamentos etnográficos, que têm sido úteis na minha vida social e profissional.

A todos os trabalhadores do Gabinete Técnico de Apoio ao Reassentamento de Chibuto que participaram nesta pesquisa. Um especial agradecimento aos senhores Jacinto Macondzo, Valdo, Feliciano e Carlos Macie pela paciência, apoio e disponibilidade em todo o processo. E a todos os informantes que voluntariamente aceitaram partilhar sua experiência em relação ao reassentamento.

Aos meus familiares, que sempre me apoiaram nesta caminhada e para que este trabalho fosse uma realidade, pelo incentivo e coragem, em especial ao meu Tio Tenarde.

Aos meus amigos Leandro Jorge Viegas e Agostinho José pela compreensão e hospitalidade que tiveram ao longo da realização da pesquisa de campo no distrito de Chibuto.

A todos os colegas da turma, principalmente do meu grupo de estudo (Projecto_Master_Mazameras) e a todos que de uma certa forma contribuíram para a realização desse trabalho, em especial a João Chambisso e Nértia Boca.

A todos que directa e indirectamente contribuíram para o sucesso da minha formação.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
BID	Banco Internacional de Desenvolvimento

CIP	Centro de Integridade Pública
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento de Terra
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
MAE	Ministério da Administração Estatal
MIREM	Ministério dos Recursos Minerais e Energia
PAR	Plano de Reassentamento
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas
STV	Soico Televisão

ÍNDICE DE FIGURAS, GRÁFICOS E TABELAS

[Figura 1: Mapa do distrito de Chibuto com destaque para a zona mineira](#)

[Figura 2: Vista aérea do bairro de Nwamuza](#)

[Figura 3: Linha do tempo da concessão mineira em Chibuto](#)

[Figura 4: Reunião da Administradora distrital com a população dos povoados afectados](#)

[Tabela 1 – Resumo dos afectados](#)

- [Figura 5: Necessidades para a exumação das campas e cerimónias familiares](#)
- [Figura 6: Placa na entrada principal do bairro de reassentamento Nwamuza](#)
- [Figura 7: Uso de linguagens sobre o reassentamento e desenvolvimento no idioma local](#)
- [Figura 8: Modelos de casas propostos para o reassentamento](#)
- [Gráfico 1: Número de famílias reassentadas](#)
- [Figura 9: Modelo de casas do bairro de reassentamento](#)
- Figura 10: Modelo de casa dos povoados reassentados
- Figura 10: Crianças no regresso do pasto.....

RESUMO

A presente dissertação faz uma análise das dinâmicas emergentes do processo de mineração com enfoque para o reassentamento no bairro de Nwamuza, distrito de Chibuto. O principal objectivo foi o de analisar as expectativas de desenvolvimento resultantes do processo negocial inicial para o reassentamento com vista a exploração mineira. Do ponto de vista metodológico, os dados que compõe este estudo resultam de uma pesquisa etnográfica

realizada entre Julho de 2019 e Janeiro de 2020. Este estudo evidenciou que a mudança para o novo bairro de reassentamento de Nwahamuza afectou de forma negativa os meios de vida da população abrangida, forçou a criação de novas hierarquias do poder tradicional, bem como introduziu novas dinâmicas na relação entre os habitantes e o Estado. As promessas feitas pela empresa chinesa e o Governo nos povoados durante o processo de consulta pública e auscultação comunitária (negociação de expectativas) levaram ao reassentamento e foram gradualmente se esvaziando, e as pessoas perderam a confiança porque as promessas não foram cumpridas.

Palavras-chave: *Chibuto, mineração, reassentamento e poder tradicional.*

EPÍGRAFE

“Realíssima, digei-me que a vossa escolha valerá mais do
que a vertigem; que curará e não apressará a nossa
ruína, pelo contrário”.

(Cheikh Hamidou Kané *in A Aventura Ambígua*).

Capítulo I

1. Introdução

As pesquisas realizadas em Moçambique no contexto da recente exploração de recursos naturais centram-se na análise dos aspectos ligados à distribuição de renda e de benefícios económicos (CIP 2010; IESE 2018). A análise sistematizada do quotidiano das populações reassentadas e a materialização das suas expectativas tem sido pouco estudada em Moçambique.

A presente dissertação analisa a interface entre as práticas de reassentamento e as expectativas de desenvolvimento geradas pela mineração entre os habitantes de Nwahamuza, no distrito de Chibuto, na província de Gaza em Moçambique. Esta segue a proposta sugeridas por Ferguson (1994) e Wiegink (2018), para analisar o processo de negociação e construção de expectativas de desenvolvimento entre as autoridades governamentais, a empresa chinesa Dingsheng e as pessoas cujas áreas foram abrangidas pelo projecto mineiro.

No entender de Lanzano (2018), com o *boom* global das *commodities* das últimas duas décadas, a mineração se tornou um sector económico central em muitos países africanos. Particularmente no contexto de áreas ricas em recursos, incluindo Moçambique, o papel da indústria extractiva multinacional tem sido descrito como um processo de “enclavização”, “recolocação” e de facto, governando o território e populações (Ferguson 2005).

O meu interesse pelos reassentamentos da população e adaptação ao novo espaço surgiu de uma reportagem do Jornal da Noite na STV do dia 09 de Dezembro de 2018. Nessa reportagem, a Governadora da Província de Gaza que na altura estava de visita a aldeia de Nwahamuza, mostrou-se satisfeita pela construção de habitações pela empresa concessionária das areias pesadas de Chibuto. Para a governante, as habitações e as infra-estruturas futuras que incluem um Supermercado e Igreja eram sinal de desenvolvimento para o distrito. Neste momento, estabeleci um paralelismo com o estudo de Ferguson (1994) sobre o Lesotho em *The Anti-Politics Machine* (1994 [1990]), no qual, ambicionava-se a modernização da criação de gado na região de Thaba-Tseka através da construção de uma infraestrutura logística – estradas, mercados, etc. – que permitisse a exportação de produtos ou sua comercialização no mercado interno. Contudo, o desconhecimento das práticas económicas por parte das agências financiadoras fez com que as obras proporcionadas pelo projecto de desenvolvimento não surtiram o efeito inicialmente esperado.

Em Moçambique, embora a actividade de mineração remonte ao período pré-colonial, nos últimos 15 a 20 anos esta actividade ganhou uma nova dinâmica devido a descoberta de grandes reservas de gás, petróleo e carvão que resultaram no aumento de concessões mineiras¹ controladas maioritariamente por investidores estrangeiros (Besharati 2012). Esta viragem foi influenciada pelas promessas de riqueza e “desenvolvimento” rápidos (Wiegink 2018).

Pesquisas antropológicas sobre mineração e suas consequências não são um fenómeno novo, mas o seu ritmo e extensão, sobretudo na componente de expropriação de terras, intensificou-se nos últimos 15 a 20 anos resultando em reassentamentos involuntários (idem).

Em Moçambique, vários estudos mostram que a actividade mineira tem sido responsável pelos reassentamentos forçados, violação dos direitos das comunidades e incumprimento das promessas de riqueza e “desenvolvimento” que estão na base da aprovação das concepções pelo governo particularmente pelo deficiente processo de consultas comunitárias (Seleman 2010; Mosca & Seleman 2011). De uma forma geral, no âmbito da implementação dos projectos, não têm sido muito respeitadas as questões relativas a transparência e compensações devidas as comunidades abrangidas. Em resultado disso, tem havido várias contestações das comunidades no que se refere ao acesso a terra, meios de subsistência, influencia sobre o poder local e serviços sociais básicos nos vários reassentamentos ao nível do país.

Do ponto de vista teórico, a presente pesquisa é inspirada em Ferguson (1994) que privilegia as comunidades locais e a sua cultura como elementos essenciais do desenvolvimento. Para o autor, ao mesmo tempo em que os técnicos da indústria do desenvolvimento desconsideram a cultura local e as formas tradicionais de produção e consumo, naturalizando o paradigma neoliberal de crescimento económico e de autodeterminação individual visando um progresso definido externamente, ocorre um processo de resistência por parte da população nativa e dos burocratas estatais que levam a um fracasso inevitável das acções externas desenvolvidas.

Encontro ressonância desta abordagem com os meus dados do terreno na medida em que considero o processo de reassentamento impulsionado por forças externas e as transformações espaciais que ao não tomar em conta o poder tradicional e a cultura local alteraram a dinâmica social. A visão de Ferguson (1994) conjuga-se com a de Wiegink (2018) que se centra na compreensão das expectativas criadas pelas promessas de bem-estar e de

1 Ver o mapa de cadastro mineiro em <http://portals.flexicadastre.com/mozambique/pt/>.

desenvolvimento. Segundo Wiegink (idem), existe uma trilogia que emerge da análise sobre as populações reassentadas a saber: ruptura, insegurança e expectativa. Esses aspectos exploram a interligação entre os projectos extractivos e o desenvolvimento, bem como oferecem lentes para descobrir os múltiplos e por vezes contraditórios mundos de vida que são criados e imaginados no nexo de extracção-desenvolvimento.

A presente dissertação está estruturada em seis capítulos. No primeiro introduzo e contextualizo as opções teórico-metodológicas que orientaram este trabalho, situando-o no contexto mais amplo da antropologia, bem como os principais conceitos do trabalho. Em seguida, no capítulo 2, apresento o contexto dos reassentamentos em Moçambique do período colonial a actualidade; no terceiro capítulo apresento todo o ciclo de negociação de expectativas no contexto de reassentamento. Discuto igualmente a dinâmica do reassentamento sobre o poder local. No capítulo a seguir, apresento e discuto o quotidiano de Nwamuza com o principal enfoque para as promessas de vida melhor resultantes da negociação de expectativas e a sua relação com a desestruturação do poder tradicional. Por fim, no último capítulo, apresento as conclusões e os resultados da pesquisa de campo realizada no bairro de Nwamuza.

1.1 Objectivos

1.1.1 Objectivo geral

Analisar o modo de vida dos reassentados resultante das expectativas de desenvolvimento geradas pelo reassentamento mineiro no bairro de Nwamuza, distrito de Chibuto.

1.1.2 Objectivos específicos

- Aferir o processo de construção de expectativas e o reassentamento no bairro de Nwamuza;
- Narrar as experiências, retratos e práticas da população reassentada;
- Descrever os efeitos do reassentamento para o poder local.

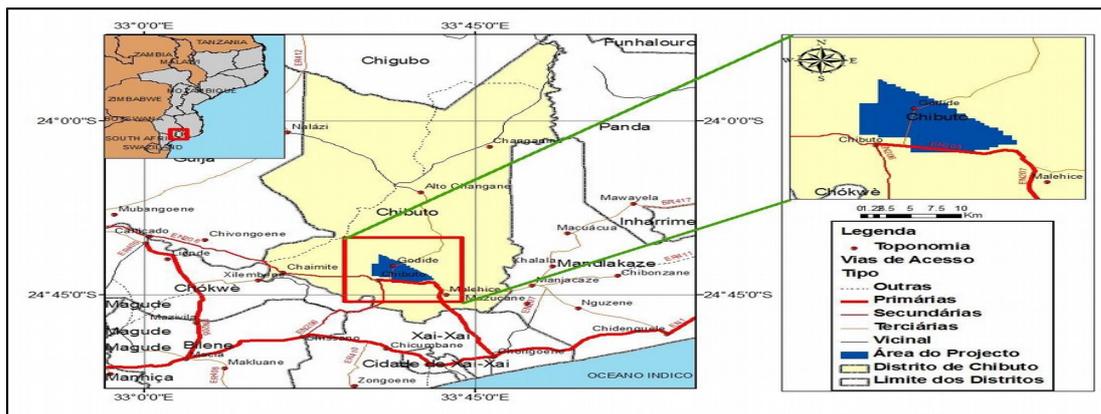
2. Metodologia

Para elaboração da presente dissertação usou-se o método etnográfico que segundo Dalmolin *et al.* (2002), “nos permite compreender a dinâmica das relações sociais nas sociedades contemporâneas”.

A pesquisa etnográfica foi precedida pela consulta e recolha de informação e documentação sobre as actividades de mineração em geral e, da empresa de mineração Dingsheng, em particular. Esta última incluiu documentos sobre a empresa e sobre a implantação do projecto em Chibuto com destaque para as consultas públicas realizadas. A pesquisa documental permitiu obter informação relevante para o melhor conhecimento da empresa e dos membros da comunidade antes da fase do trabalho de campo. O trabalho de campo decorreu de forma intercalada entre Julho de 2019 e Janeiro de 2020 no bairro de reassentamento de Nwamuza, localizado no Posto Administrativo de Malehice, distrito de Chibuto, província de Gaza.

O distrito de Chibuto está situado na região sul da província de Gaza, muito próximo da confluência dos rios Limpopo e Changane. A Norte, faz limite com o distrito de Chigubo e através do Rio Nwaluezi com o distrito de Panda-Inhambane. A Sul, com os distritos de Bilene-Macia e Xai-Xai, a Este com o distrito de Mandlakazi e a Oeste com os distritos de Guija e Chókwé. O distrito de Chibuto está dividido em seis (06) Postos Administrativos, nomeadamente Malehice, Godide, Alto-Changane, Changanine, Tchaimite e Chibuto-Sede. Neste último, situa-se o Município de Chibuto. Dezoito (18) Localidades, trinta e três (33) Aldeias Comunais e 24 Povoados (MAE 2005).

Figura 1: Mapa do distrito de Chibuto com destaque para a zona mineira.



Fonte: Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas de Chibuto (SDPI).

A minha chegada ao campo a 12 de Agosto de 2019 foi marcada pela necessidade de obedecer aos protocolos institucionais do governo para ter acesso à empresa Dingsheng Mining e as pessoas da comunidade. Isto permitiu aproximar-me aos principais informantes² ao nível das instituições do governo, as autoridades locais e a população. De uma forma geral, o contacto com os informantes foi cordial possivelmente devido a expectativa de contar com o meu apoio para divulgar as suas preocupações através do meu trabalho de pesquisa. Tive, neste sentido, de esclarecer aos participantes da pesquisa os reais motivos da minha pesquisa.

Lamentavelmente, não tive a mesma aceitação na empresa Dingsheng devido a resistência em falar oficialmente sobre a implantação do projecto na área. Todavia, foi possível conversar informalmente com alguns funcionários da empresa.

As técnicas de recolha de dados usadas foram a observação de experiências de vida no novo bairro, das práticas, rotinas e o quotidiano, entrevistas semi-estruturadas, conversas formais e informais e conversas em grupo com os líderes tradicionais reassentados. Os contactos incluíram os funcionários da Administração do Distrital de Chibuto, Serviço Distrital de Planeamento e Infra-estruturas (SDPI), Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), Gabinete Técnico de Apoio ao Reassentamento, Escola Primária de Mudumeia, Centro de Saúde de Nwamuza, Posto Policial de Nwamuza, Líderes Comunitários Influentes. O foco principal destes contactos incidiu sobre a dinâmica do reassentamento e seu impacto sobre a vida da população no bairro de Nwamuza.

² Para proteger a identidade dos meus informantes, todos os nomes usados nesta dissertação são fictícios.

Durante o trabalho de campo caminhei nas comunidades reassentadas, visitei o estaleiro central e os locais de prospeção de minérios da empresa de mineração Dingsheng e participei em alguns eventos e no processo de reassentamento de algumas famílias pelo Gabinete de Reassentamento que foi criado e funciona como a instituição responsável pela gestão do dia do novo bairro. A minha presença no local permitiu conhecer a dinâmica actual e os eventos que ocorreram ao longo do tempo e me possibilitou captar as experiências e vivência dos reassentados bem como a actuação das autoridades tradicionais.

O critério definido para a selecção das pessoas a entrevistar em cada uma das instituições seleccionadas, foi a técnica de “bola de neve” (Duarte 2002), no qual, durante as entrevistas e conversas formais e informais busquei informações de outros possíveis informantes, e apoio destes na indicação de outros informantes que pudessem participar na pesquisa e assim sucessivamente. A vantagem desta técnica é que veio reduzir a subjectividade na escolha dos entrevistados por minha parte, e permitiu-me ainda ter acesso ao segmento social com um conhecimento fidedigno dos processos de reassentamento no distrito de Chibuto.

Os dados quantitativos foram obtidos a partir de fontes secundárias. Constituem estas fontes, os dados estatísticos obtidos no gabinete de reassentamento e no Governo distrital. Com base nos dados foi possível obter dados históricos e numéricos que possibilitaram a elaboração das tabelas e gráficos que permitiram reforçar as evidências apresentadas pelos dados qualitativos.

A informação da imprensa pública e privada complementou os dados que não foram possíveis colher a partir da realização das entrevistas. Neste sentido, os depoimentos foram recolhidos a partir da leitura e análise criteriosa e rigorosa de artigos, de onde foram extraídos os depoimentos em si, e não as interpretações feitas.

2.1 Informantes-chave

No dia 12 de Agosto de 2019, recebi a credencial aprovada pelo Secretário Permanente Distrital e pela Administradora do Distrito que orientou que trabalha-se com o Gabinete de Reassentamento localizado no bairro de Nwamuza.

No Gabinete do Reassentamento, a primeira pessoa que contactei foi o senhor **António Chongo** e o técnico Fernando Langa. Estes depois apresentaram-me o régulo da principal Comunidade reassentada, o senhor Zacarias Massango, que igualmente integrava a comissão de reassentamento e outros líderes reassentados. Após a entrada no bairro, em conversa com os outros informantes (Emília Tamele, Rosa Mbenzane e Pedro Langa), fiquei a saber que existe uma Secretária no bairro, a Senhora Joana Mazuze. Durante o trabalho de campo desenvolvi boas relações com as pessoas que se tornaram centrais a minha pesquisa. Das conversas com a informante Joana Mazuze, pude entender a relação entre o Governo, o gabinete do reassentamento e a população reassentada por via das mensagens trocadas por estas partes.

António Chongo, 54 anos de idade, é funcionário do SDPI há mais de 20 anos, foi nomeado para o cargo de Chefe do Gabinete do Reassentamento em comissão de serviço pela Administradora Distrital. Coordenou todo o processo de reassentamento para o bairro de Nwamuza, e coordena com a empresa de mineração para o processo de reassentamento e atribuía as casas aos reassentados aquando da sua chegada no bairro. Durante as conversas, tive uma percepção mais detalhada do historial da negociação de expectativas *versus* reassentamento em Nwamuza, a linha do tempo das concessões mineiras em Chibuto, as estruturas de poder prevaletentes no bairro.

No gabinete, o senhor Chongo é auxiliado por pessoas como o senhor **Alberto Nwamuza**, de 68 anos de idade. O senhor Nwamuza auxilia a secretária do bairro na tramitação dos documentos (declaração do bairro e comprovativo de residência no bairro) da população reassentada e ao Gabinete de Reassentamento na resolução de problemas. Na sua casa, que se situa há 6 quilómetros do bairro de reassentamento, funciona igualmente o regulado de Nwamuza.

Por indicação do senhor Chongo, e com a ajuda de outros informantes, localizei a sua residência e mantive vários contactos formais e informais com ele. Dos contactos formais ele

mostrava-se pouco flexível na comunicação e tive que adoptar outras estratégias informais (visitas frequentes a sua residência) por forma a obter informação mais aprofundada sobre o tema de estudo. Das conversas com este informante, fiquei mais claro sobre o passado do bairro de Nwamuza e o processo de chegada e recepção dos novos habitantes do bairro. E confirmou os limites geográficos que me foram fornecidos pelo governo.

Durante a localização da residência do senhor Nwamuza caminhei os cerca de 6 quilómetros com a senhora Rosa Mbenzane e o João³ (primeiro informante, já falecido). Este último foi o meu primeiro informante dentro do bairro de reassentamento de Nwamuza. Foi ele que me apresentou todo o bairro, incluindo as infra-estruturas existentes. Ele era jovem, de 24 anos de idade, e reassentado do povoado de Mudumeia. Vivia com a sua Mãe e Avó que dependiam dele para actividades agrícolas, pastorícia, apanha de lenha e fruta, etc.

O facto de Nwamuza residir distante do resto da população tem afectado a flexibilidade na tramitação de documentos. De acordo com os meus informantes, os documentos demoram a ser emitidos. Por exemplo, uma declaração do bairro leva semanas e em muitos casos tem havido dificuldade por parte do régulo em localizar as pessoas que solicitaram a sua emissão e por vezes, perdem-se os documentos na sua posse.

Esta situação contrasta com a vivida no povoado de origem, onde o líder anterior, o Zacarias Massango, residia dentro do povoado e a tramitação de documentos era flexível e levava não mais de dois dias. A insatisfação dos habitantes nota-se no comentário da Rosa Mbenzane:

Gostaria de ter o nosso líder tradicional a nos ajudar aqui onde vivemos, tal como era antes! E não uma pessoa que não conhecemos (...) para termos uma declaração temos que andar muito e leva muito tempo para recebermos, antes era muito fácil (Conversa em 28 de Agosto de 2019).

De igual modo, pude depreender pela forma como os informantes dialogam que estes não têm o sentimento de afeição pelo régulo. Como resultado, em muitos casos, as pessoas preferem não tratar a declaração do bairro com o régulo, mesmo com situações urgentes em que necessitam de obter outros documentos subsequentes, como o B.I ou abertura de contas bancárias.

A substituição de Massango por Nwamuza foi um doloroso golpe para o Massango e para seu o povoado. Os seus irmãos e outras pessoas influentes do povoado nunca aceitaram o

³ O João faleceu no dia 19 de Outubro de 2019 por morte súbita. De acordo com os vizinhos, a morte do João está associada a sua não adaptação ao novo local de reassentamento.

sucedido. Isto, em parte, explica porquê a falta de aceitação das novas autoridades por parte da população reassentada em Nwamuza. Os novos líderes, não gozam de legitimidade no seio da população, o que configura uma descoordenação das acções e actividades na gestão do bairro. Pelo depoimento acima, depreende-se que o senhor Nwamuza não goza de satisfatória aceitação⁴ entre a população local o que levanta interrogações sobre as motivações da sua indicação para a posição que ocupa sabendo-se que ele é régulo Nwamuza com um território de aproximadamente de 925.595m³ de acordo com os limites territoriais do plano de reassentamento. O senhor Nwamuza foi escolhido pela Comissão Distrital de Reassentamento para auxiliar o processo de reassentamento na qualidade de régulo durante a visita da Governadora da Província de Gaza ao projecto de Reassentamento, tendo na ocasião lhe prometido uma casa nova, no bairro no final do processo de reassentamento.

A partir do régulo Nwamuza conheci a secretária do bairro de nome **Joana Mazuze**, de 43 anos de idade. Ela vive no interior do bairro e dedica-se a vendedeira de produtos alimentares. A Sra. Joana foi escolhida pelo Gabinete de reassentamento em Novembro de 2018 porque tinha boa reputação familiar no seu local de origem, o povoado de Mutsicwane. Cheguei a casa dela na companhia da senhora Rosa Mbenzane, minha informante do bairro. A Sra. **Joana** é a responsável por convocar e dirigir reuniões para difusão de mensagens provenientes do Governo distrital, bem como auxiliar na resolução de problemas. Ela tem igualmente a responsabilidade de emitir documentos, mas não o faz porque tem dificuldades na escrita da língua portuguesa. Para este processo, ela solicita a ajuda do senhor Zacarias Massango, líder comunitário reassentado e influente. Ela não exerce o poder a si conferido; não tem autoridade e poder de decisão nos assuntos internos do bairro. Como consequência, a população vê-se obrigada a recorrer as antigas estruturas de poder advindas dos povoados reassentados para a resolução dos seus problemas.

Pese embora tê-lo conhecido no primeiro dia da entrada no Gabinete de Reassentamento, tive que retornar a conversa com o senhor **Zacarias Massango**, 71 anos de idade, que se tornou num dos principais informantes da pesquisa. Ele dá auxílio ao Gabinete de reassentamento na identificação das pessoas reassentadas, no registo dos bens e das benfeitorias, ajuda na

⁴ Das conversas com os informantes, pude perceber que estes estão insatisfeitos com a liderança do régulo Nwamuza. Segundo explicam, houve resistência por parte deste líder em recebê-los em seu território. Para além disso, afirmam que este não tem acompanhado com regularidade o dia-a-dia do bairro; passa grande parte do tempo no Gabinete de Reassentamento; não conhece os reassentados e é pouco sensível aos problemas e as reclamações que eles apresentam.

resolução dos problemas e emite documentos para os reassentados (declaração do bairro) por anuência da secretária do bairro.

2.2 Considerações éticas

Segundo Flick (2007), os códigos de ética exigem que a pesquisa deva ser feita através de um consentimento informado, ou seja, os participantes do estudo devem concordar em participar de acordo com a informação fornecida pelos pesquisadores. Exigem que a pesquisa evite prejudicar os participantes, o que implica não invadir a sua privacidade, nem os enganar sobre os objectivos da pesquisa. Assim, durante a pesquisa, todas as entrevistas e conversas tiveram um consentimento prévio dos informantes. Estes foram informados sobre os objectivos da pesquisa e da posição académica do pesquisador em campo. Garanti a todos os informantes que usaria os dados recolhidos durante a pesquisa para fins académicos e que os seus nomes verdadeiros seriam omissos.

Para análise e interpretação dos dados usou-se a técnica de análise de conteúdo na sua dimensão qualitativa (Dey 1993). Para tal, recorri a análise temática ou categorial que permitiu fazer a transcrição e categorização dos depoimentos dos entrevistados (Hammersley & Atkinson 2007). Esta técnica permitiu o tratamento mais organizado e mais rigoroso do volume de material empírico contido nas entrevistas semi-estruturadas e conversas formais e informais escritas no meu caderno de campo. Das sucessivas leituras das fontes bibliográficas e a análise do material empírico, emergiram as categorias empíricas ou eixos temáticos que se apresentam na discussão dos resultados. De entre os eixos temáticos criados, destaca-se a negociação de expectativas e desestruturação do poder tradicional. Para a interpretação dos discursos dos entrevistados, assim como, dos depoimentos plasmados nos jornais, correlacionei as categorias empíricas ou eixos temáticos com o referencial teórico e conceptual que orientaram o presente estudo.

3. Problema de Pesquisa

Os reassentamentos bem como a pesquisa antropológica sobre mineração e suas consequências para os povos e comunidades locais não são um fenómeno novo. O que há de novo é o ritmo e a extensão da apropriação de terras, que se intensificou nos últimos 15 a 20 anos resultando em reassentamentos involuntários (Wiegink 2018). Os projectos de mineração em larga escala e outros projectos de extracção de recursos evocam as promessas

de riqueza e “desenvolvimento” rápidos, mas também trazem preocupações sobre a degradação ambiental e a exploração de pessoas e terras (idem, 2018).

Colson (1994) afirma que os reassentados não podem regressar a casa: a sua casa e os laços que os ligam a terra são destruídos de forma permanente. Refere que as populações reassentadas de forma forçada enfrentam mudanças rápidas, sólidas e que afectam o coração das comunidades. Nos reassentamentos involuntários, encantam muito menor atenção do que os refugiados de guerras, secas ou fomes.

Em Moçambique, o Decreto-lei 15/2000 descreve a articulação entre as autoridades locais do Estado e a liderança comunitária, especialmente em áreas rurais, através dos conselhos locais, líderes tradicionais da comunidade, e secretários do bairro. O Art. 24 da Lei de Terras lhes outorga poderes para participar na resolução de conflitos, apresentar as opiniões das comunidades nos requerimentos para terras e identificar e delimitar as terras comunitárias.

No caso particular de Chibuto, o reassentamento iniciou-se em 2018 conduzido pelo Governo e pela empresa de mineração Dingsheng. De acordo com o Plano de Reassentamento 331 famílias deveriam ser reassentadas. Foram realizadas reuniões de consulta envolvendo as autoridades governamentais, a empresa de mineração e as populações por reassentar. Nestas reuniões as discussões giravam em torno da importância da mineração e do reassentamento para o desenvolvimento do distrito. Eram apresentadas pelas autoridades governamentais promessas de benefícios sociais como casa, escola, hospital, igreja, entre outros como condições de uma “vida melhor”.

Nesta pesquisa, estou tentando analisar o modo de vida da população reassentada no bairro de Nwamuza como resultado das expectativas de bem-estar e desenvolvimento criadas pelas autoridades governamentais (Wiegink 2018).

1.1.1 Pergunta de partida

Em que medida as promessas de bem-estar e desenvolvimento tiveram influência no modo de vida actual dos reassentados no bairro de Nwamuza?

4. Principais conceitos

Para compreender as práticas das populações resultantes do reassentamento no contexto da mineração, esta pesquisa recorre a dois conceitos – desenvolvimento e reassentamentos.

4.1 Desenvolvimento

O desenvolvimento é utilizado como conceito que encerra a expectativa de melhoria de vida das populações. O conceito de Desenvolvimento foi inicialmente usado em 1949 pelo Presidente americano Harry Truman, depois da Segunda Guerra Mundial na ideia de assistência financeira internacional e transferência de tecnologias nas áreas subdesenvolvidas do mundo. Segundo Escobar (1997), o desenvolvimento foi definido inicialmente como o processo de melhoria das condições de algumas regiões: África, Ásia, América Latina, ou seja, a mudança para um estágio económico da industrialização, tecnicização da agricultura e adopção de valores e princípios da modernidade. Na mesma linha de argumentação Lewis (2005) afirma ainda que a ideia inicial centrou-se no crescimento económico e depois começou a olhar-se nas questões de redistribuição da riqueza, redução das desigualdades, direitos humanos e bem-estar social com recurso a um léxico variado.

No texto “*Introductory Overview – Buzzwords and Fuzzwords: Deconstructing Development Discourse*”, Cornwall (2010) faz um exame crítico em torno da selecção de palavras que constituem o léxico de desenvolvimento na actualidade. A autora afirma que o artifício retórico é demonstrar que o significado de tais palavras é confuso e impreciso e, em seguida, empregá-las com segurança, colocadas entre aspas. E, essas palavras parecem transmitir uma coisa, mas na prática são usadas para significar algo bem diferente ou, na verdade, não têm nenhum significado real. Desenvolvimento enquanto conceito tornou-se um *slogan* moderno, uma senha inevitável, que vem a ser usada para transmitir a ideia de que *amanhã as coisas serão melhores*, ou que é necessário melhorar as coisas.

A linguagem do desenvolvimento, de acordo com Cornwall (2010), define os mundos em construção, animando e justificando a intervenção de países e agências internacionais em outros mundos actualmente existentes, com promessas possíveis. E conclui que entre os remédios prescritos pelas instituições de desenvolvimento, estão as medidas para aderir à própria estrutura da indústria do desenvolvimento por parte dos países menos desenvolvidos.

Uma das contribuições da Antropologia enquanto disciplina está na especificação dos termos práticos e morais bem como os valores associados ao conceito de desenvolvimento (Gow 2002). Para o autor, muitos dos conteúdos do desenvolvimento têm sido apresentados dentro do contexto dos direitos humanos e do discurso das necessidades básicas, questões que

muitos antropólogos que trabalham no desenvolvimento já descrevem, implícita e explicitamente.

A principal crítica dos antropólogos é a de que se focaliza muito nas questões técnicas naturalizando paradigmas neoliberais de crescimento e de autodeterminação individual visando um progresso definido externamente e menos na necessidade de mudança estrutural tomando em consideração a cultura local e as formas tradicionais de produção e consumo (Ferguson 1994; Mosse 2004; Li 2007).

Este aspecto foi de forma brilhante articulado por Ferguson (1994) no seu estudo sobre o Lesoto:

O projecto [Theba Tseka no Lesoto] não transformou as modalidades de cultivar a terra e criar animais, mas proporcionou a construção de uma estrada para a capital do país. Não houve “descentralização” e “participação popular”, mas se estabeleceu uma nova administração distrital que deu ao governo de Lesoto uma presença, mais forte do que nunca, na área afectada pelo projeto.

Nesse estudo o autor concluiu que o aparato de desenvolvimento não é uma máquina para eliminar a pobreza que está incidentalmente envolvida com a burocracia estatal. Pelo contrário, é uma máquina para reforçar e expandir o exercício do poder estatal burocrático, que, aliás, toma o poder como seu ponto de entrada e justificação.

Para Ferguson (1994), o “desenvolvimento” não é associado a processos de transição ou transformação que ocorrem ao longo da história, mas a “intervenções” pontuais implicadas na construção de um espaço de pobreza e à construção de soluções intervencionistas que ajudariam o país ou uma comunidade específica a sair daquele estado e suas populações empobrecidas a atingir uma boa “qualidade de vida”. Esta associação consistiria em implementar soluções técnicas a problemas que seriam analisados a partir da ideia do que falta (o que falta ao outro para ser desenvolvido). Desta forma, aspectos que podem ser de natureza política acabam sendo “ajustados” ao carácter técnico.

Os antropólogos têm particularmente enfatizado na necessidade de uma maior sensibilidade em relação aos factores sociais e culturais dos programas de desenvolvimento com foco na modernização e a monetarização da sociedade rural como elementos chave para o alívio da pobreza (Escobar 1991).

Este aspecto é bem enfatizado por Rahnema (1995) para quem tem havido uma certa tendência dos «operadores de desenvolvimento» em tornar «invisíveis» organizações locais, constituídas com base nos grupos etários, nas etnias, nos clãs, no género ou no tipo de ocupação. Há, contudo, evidências de que o êxito dos projectos é relativamente maior nos casos em que estas organizações são identificadas, tendo em vista o seu efectivo envolvimento nos processos de concepção e implementação dos projectos (Warren 1991).

Sillitoe (2010) expande este aspecto argumentando sobre a necessidade de permitir que as populações locais sejam parte do processo de desenvolvimento com seus próprios conhecimentos e aspirações, abrir-se uma perspectiva de redefinição do significado do próprio desenvolvimento e dos seus objetivos. Representando a redução da hegemonia estrangeira e a promoção do desenvolvimento endógeno.

4.2 Reassentamentos

Historicamente, o termo reassentamento tem sido usado principalmente para referir-se a ideia de pessoas voltando para uma área onde eles tenham vivido, ou deveriam ter vivido anteriormente (OED 1989 *in* Silva 1992). Outra perspectiva sobre reassentamento enfatiza a transferência planificada e controlada da população de uma área para outra (Belshaw 1964) e a deslocação forçada ou involuntária de pessoas, para evitar os efeitos ou conflitos ou de catástrofes naturais (Shamini 2012).

Muitos projectos de mineração dos anos recentes recaem na categoria das deslocações forçadas ou involuntárias que tem afectado uma percentagem mais elevada de habitantes do que em qualquer outro continente (Cernea 1997).

Estudos mostram que os reassentamentos resultantes da mineração têm sido forçados e as suas promessas de riqueza e “desenvolvimento” não cumpridas, pelo contrário, existe violação dos direitos das comunidades sobretudo em resultados das consultas comunitárias que têm sido problemáticas. De uma forma geral, no âmbito da implementação dos projectos, não têm sido muito respeitadas as questões relativas a transparência e compensações devidas as comunidades abrangidas. Em resultado disso, tem havido várias contestações das comunidades no que se refere ao acesso a terra, meios de subsistência, influencia sobre o poder local e serviços sociais básicos nos vários reassentamentos ao nível do país.

Cernea (2003) é um dos maiores críticos dos deslocamentos forçados. Para este autor, estes fenómenos são um terramoto que destrói os sistemas de produção e as redes sociais, arruína as individualidades e mergulha os afectados numa espiral descendente de pobreza.

A maioria das políticas de reassentamento baseia-se numa lógica de acção e compensação, mas autores como Cernea (2003), Wet (2006), e Singh (2013) argumentam que essa compensação é insuficiente por focalizar no restauro do capital físico natural ou construído e renda em dinheiro ignorando o padrão de vida da população afectada que inclui capital humano e social, na forma principalmente de organização social; perda dos benefícios em forma de capital cultural, identidades, estatuto, redes sociais e as oportunidades de sobrevivência decorrentes destas, que são totalmente afectadas.

Apesar de ter havido uma evolução conceptual sobre o reassentamento durante a década de 1990 que passou a incluir todas as perdas económicas e sociais resultantes da expropriação e/ou restrição a acções, e não apenas a realocação física (Banco Mundial 2004), A “angústia desenvolvimentista” está hoje a provocar as rupturas entre a organização sociocultural e o *habitat* das populações rurais (Casal 1995).

5. Inspiração teórica

Do ponto de vista teórico, a presente pesquisa é inspirada em Ferguson (1994) pelo foco que privilegia as comunidades locais e a sua cultura como elementos essenciais do desenvolvimento.

Para Ferguson (1994), ao mesmo tempo em que os técnicos desconsideram a cultura local e as formas tradicionais de produção e consumo, naturalizando o paradigma neoliberal de crescimento económico e de autodeterminação individual visando um progresso definido externamente, ocorre um processo de resistência por parte da população nativa e dos burocratas estatais que, segundo o autor, leva a um fracasso inevitável das acções externas desenvolvidas.

Encontro ressonância desta abordagem com os meus dados do terreno na medida em que, considero o processo de reassentamento impulsionado por forças externas e as transformações espaciais que alteraram a dinâmica social não tendo em conta o poder tradicional e a cultura local.

A visão de Ferguson (1994) se conjuga a de Wiegink (2018) que se centra na compreensão das expectativas criadas pelas promessas de bem-estar e de desenvolvimento. Segundo o autor existem uma trilogia que emerge da sua análise as populações reassentadas a saber: ruptura, insegurança e expectativa. Essas três trilógias exploram a interligação entre os projectos extractivos e o desenvolvimento, bem como oferecem lentes para descobrir o múltiplo e por vezes contraditório mundo de vida que é criado e imaginado no nexo de extracção-desenvolvimento.

Portanto, constitui o pensamento teórico de base para este estudo as ideias de Ferguson (1994) e Wiegink (2018) sobre as dinâmicas de reassentamento resultantes das expectativas de desenvolvimento.

Capítulo II

1. Experiências e contextos de Reassentamentos

Os reassentamentos resultantes de projectos de mineração desenvolvimento têm sido muito estudados na Ásia e na América Latina, mas pouco se tem olhado para este tipo de reassentamentos em África (Cernea 1996).

Mburrugu (1994), defende que em África, talvez mais do que em qualquer outra região, a identidade das pessoas está muito presa à sua terra e cultura. As estruturas sociais de comunidades rurais em Moçambique, constituem “áreas culturais” condicionadas pelos recursos e ambiente físico. As famílias, linhagens ou tribos são também unidades territoriais onde os elementos ambientais são também vistos como elementos permanentes das famílias e comunidades. A terra é identificada como o local dos seus antepassados, e o local onde as futuras gerações vão viver.

Cernea (1997), diz que em África, a maioria dos reassentamentos são feitos pelas agências governamentais, sob um vazio de legislação. Na maioria dos países africanos existem leis sobre a ocupação das terras, mas não sobre o restauro da qualidade de vida e das actividades produtivas. As leis de expropriação estão geralmente apenas centradas na compensação financeira.

A implementação de reassentamentos não são uma novidade em Moçambique. Durante o período colonial, foram construídos vários assentamentos na forma de acomodação dos trabalhadores agrícolas nas áreas de plantações para servir como reserva de mão-de-obra, bem como, nos aldeamentos para acomodar agricultores imigrantes de Portugal (Silva 1992). Os aldeamentos foram uma estratégia do regime português de reagrupar famílias dispersas para fins estratégicos do controlo militar e social e para afastar-lhes das actividades da FRELIMO (Brochmann 1990).

Silva (1992), argumenta que em Moçambique, os aldeamentos trouxeram mudanças importantes nos padrões culturais tradicionais e na organização social dos agricultores e trabalhadores agrícolas. No entanto, apesar das alterações negativas, a vida comunal trouxe importantes benefícios sociais, como o fornecimento de água, a construção de escolas e centros de saúde, a formação de agentes de saúde comunitários e parteiras tradicionais e

parques infantis da comunidade. Frequentemente eram localizados e planeados sem consulta prévia aos residentes locais ou seus líderes tradicionais (Vines 1992) e sem condições adequadas para a sobrevivência.

Araújo (1998) considera que após a proclamação da independência nacional em 1975, a República Popular de Moçambique, criou condições para que o país passasse a planificar a utilização da economia nacional, deste modo encorajou camponeses e trabalhadores industriais a organizarem-se em forma colectiva de produção. Para isso, tornou-se necessário alterar toda a distribuição territorial da população rural, criando condições para um surgimento de povoamentos concentrados, surgindo assim, as Aldeias Comunais com objectivo de atingir a produção colectiva e de se desenvolver de forma equilibrada a mecanização e especialização agrícola e a conservação dos recursos naturais.

Para além da política de criação das aldeias comunais e grandes empresas estatais agrícolas e complexos agro-pecuários no período imediatamente depois da proclamação da independência nacional, uma boa parte da população moçambicana foi objecto de deslocamento involuntário no âmbito das operações de deportação massiva de indivíduos para as zonas rurais agrícolas bem como consequência do conflito armado entre o governo de Moçambique e o movimento rebelde Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) (Araújo 1998).

Apesar das aldeias comunais terem sido uma forma de reassentamento com o objectivo de desenvolver as zonas rurais, houve falta de apoio do Estado para criar condições capazes de satisfazer as necessidades básicas e as suas expectativas da economia doméstica dos residentes (Roesch 1986).

A criação das aldeias e o processo de reassentamento que o acompanhou envolveu custos económicos consideráveis. Além de produção colectiva, os reassentados tiveram que trabalhar em construção de infra-estruturas sociais e económicas como, estradas, escolas, latrinas, poços, etc. O reassentamento também significou perdas económicas substanciais como, tempo de trabalho, recursos materiais e investimento de capital. Os camponeses foram confrontados com as despesas de limpar e preparar os campos e construir casas novas e deixar para trás seus cemitérios e árvores de frutas como, coco, manga, caju, mafurra, que representavam recursos importantes para as suas economias (Silva 1992).

Concomitantemente as aldeias comunais, o governo implementou a partir de 1983 a “operação produção”, considerada o maior reassentamento forçado do Governo. O objectivo desta “operação” era forçar os desempregados e potenciais criminosos a saírem das cidades para as terras produtivas e providenciar mão-de-obra sazonal para as plantações nas províncias nortenhas de Niassa e Cabo Delgado, que apresentavam uma baixa densidade populacional. Estimativas de número de pessoas transferidas das cidades rondam os 50.000 (Vines 1990).

Actualmente há, em Moçambique, uma retirada das comunidades que vivem nas áreas com recursos e que dependem dela (e dos recursos existentes) para a sua reprodução social. O processo de reassentamento devido à introdução de um novo uso é, muitas vezes, carregado de promessas que nem sempre são cumpridas.

O reassentamento é uma actividade regulada por lei. Segundo o número 2 do artigo 82, da Constituição da República de Moçambique estabelece que, "a expropriação de terras só pode ter lugar por causa de necessidade, utilidade ou interesse públicos, definidos nos termos da lei e dá lugar a justa indemnização. Para além disso, *A Directiva Geral para o Processo de Participação Pública*: define e harmoniza as normas e procedimentos para o processo de Participação Pública. *O Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas*: garante que no âmbito da implementação de projectos de desenvolvimento a população afectada tenha uma melhor qualidade de vida, equidade social, tendo em conta a sustentabilidade dos aspectos físicos, ambientais, sociais e económicos.

Embora, do ponto de vista legal o processo de reassentamento está devidamente acautelado, o processo de implementação tem sido problemático e conflituoso. Os diversos casos de reassentamentos existentes no país demonstram as fragilidades que o processo traz consigo. As comunidades abrangidas reclamam uma fraca consulta e um envolvimento débil na tomada de decisões. De acordo com Bihale (2016) as comunidades não são envolvidas no processo por causa da apatia do governo enquanto as empresas não dialogam com as comunidades e as populações no geral são reassentadas em terras pouco produtivas e distantes de polos de comercialização de produtos diversos.

Capítulo III

1. O Reassentamento em Nwahamuza: participação pública e negociação de expectativas

Este capítulo descreve o processo de reassentamento no bairro de Nwamuza e apresenta a dinâmica do reassentamento sobre o poder local.

O bairro de reassentamento de Nwamuza situa-se no Posto Administrativo de Malehice. Na conversa com o Régulo Nwamuza, soube que o nome do bairro tem origem no régulo Nwamuza que foi o primeiro líder tradicional da área na época colonial. O bairro faz fronteira a norte com o bairro 2, a Oeste com a aldeia de Chocumbane, a Este com o bairro de Chimundo e a sul com o bairro 4. Possui 489 casas, das quais 304 habitadas por cerca de 1000 pessoas e ocupa uma área de 925.595 metros quadrados. Antes da construção do bairro de reassentamento, a área era uma floresta não habitada e havia planos do Município de Chibuto para a sua transformação em bairro de expansão autárquica. Régulo Nwamuza, de 68 anos de idade, recorda:

Este local era uma grande mata, não era fácil caminhar sozinho. Mesmo de dia corriam o risco de ser assaltado e violentado por malfeitores que se escondiam entre as árvores. À noite ninguém arriscava em passar. Muita gente perdeu bens ao passar do local (Conversa em 09 de Janeiro de 2020).

Como o reassentamento foram construídas várias infra-estruturas tais como ruas,⁵ escola (leciona da 1ª a 5ª classes), centro de saúde, campo de futebol, igreja e um posto policial. Existe uma área reservada para a construção de um mercado. O bairro possui água canalizada e corrente eléctrica de média tensão.

⁵ São 8 no total das quias quatro estão no interior e outras quatro no exterior do bairro. Todas com quatro metros de largura.

Figura 2: Vista aérea do bairro de Nwamuza.



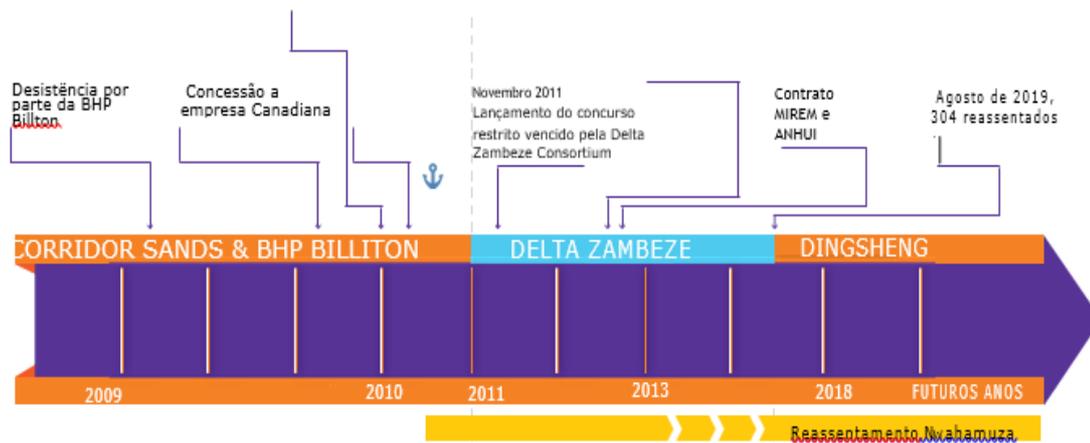
Fonte: Google Earth (legendada pelo autor, 10 de Julho 2019).

Sublinhe-se que na altura do trabalho de campo, em 2019, parte das infra-estruturas do novo bairro (por exemplo a escola, centro de saúde, igreja) serviam igualmente a população dos outros bairros circunvizinhos. Em parte, isso deve-se ao facto das antigas infra-estruturas, algumas das quais que remontam do período colonial, terem sido destruídas para dar lugar ao projecto das áreas pesadas.

O projecto do reassentamento de Nwamuza foi concebido para dinamizar o desenvolvimento do distrito de Chibuto em particular, e da província de Gaza no geral, dado o seu potencial em recursos minerais, com particular enfoque nas areias pesadas ali descobertas. Contudo, alerta Bata *et al.* (2016) que em qualquer viabilização dos empreendimentos mineiros suscita a organização e/ou a reorganização do espaço local, para atender as demandas de produção, ou seja, o cumprimento de novas funções, o que geralmente resulta em conflitos, tendo em vista que opõe interesses concorrentes. Tais conflitos objetam de um lado, a população local, com direitos “seculares” de uso e ocupação de terra base de sua reprodução social; e do outro lado, os megaprojetos detentores de licença de exploração e do DUAT ambos concedidos pelo Estado.

De acordo com o Plano de Acção de Reassentamento – PAR (SOGECO A 2016), a primeira adjudicação para a exploração das areias pesadas de Chibuto foi feita para a empresa australiana Corridor Sands, que mais tarde vendeu o empreendimento à BHP Billiton e depois de vários ensaios, em 2009, a companhia mostrou indisponibilidade tecnológica para a exploração do projecto. Por conseguinte e devido ao incumprimento do calendário pré-estabelecido para o arranque da exploração do depósito, a sua Licença de Exploração foi cancelada pelo Governo. Depois da BHP Billiton, o empreendimento foi concessionado a uma companhia canadiana que também teve a sua licença de exploração cancelada por falta de cumprimento de prazos. Ainda segundo SOGECO A (2016), em Novembro de 2011 foi lançado um concurso restrito que foi ganho pela Delta Zambeze Consortium mas que veio a ser cancelado devido a algumas irregularidades incluindo o incumprimento de um acordo para a implementação da actividade. Em Dezembro 2013, o MIREM (na altura Ministério dos Recursos Minerais) e Anhui Foreign Economic & Yunnan Xinli assinaram um Memorando de Entendimento para o desenvolvimento das areias pesadas de Chibuto, concedendo direitos de exploração numa área de 10,840 hectares. A figura a seguir esboça, cronologicamente, estes momentos:

Figura 3: Linha do tempo concessão mineira em Chibuto.



Fonte: Adaptado de SOGECO A (2016).

A exploração de areias pesadas pela empresa chinesa Dingsheng começou em 2018 nos povoados de Mudada, Mudumeia, Mabekwane, Savene e Mutsicwane, no distrito de Chibuto, província de Gaza. A mina de areias pesadas ocupa uma área de cerca de 10.840 hectares.

O processo de Participação Pública aconteceu em 4 reuniões, nomeadamente:

Reunião I: apresentação do projecto e identificação das áreas de reassentamento. Foi realizada no Posto Administrativo Sede, Localidade de Canhavano (11 de Agosto de 2015). A reunião foi dirigida pela Administradora do Distrito acompanhada pelos líderes comunitários e secretários dos bairros.

Reunião II: para o início do processo de identificação e quantificação das infraestruturas abrangidas pelo projecto – realizada no Posto Administrativo Sede, Localidade de Canhavano (08 de Setembro de 2015). Esta reunião foi dirigida pela Administradora do Distrito de Chibuto.

Reunião III: processo de identificação e quantificação das infraestruturas abrangidas pelo projecto – realizada no Posto Administrativo Sede, Localidade de Canhavano (01 de Outubro de 2015). Esta foi dirigida pelos técnicos do SDPI, com a CIBEL e a DINGSHENG Mining.

Reunião IV: conclusão do Processo de identificação e quantificação das infraestruturas abrangidas pelo projecto – realizada no Posto Administrativo Sede, Localidade de Canhavano (27 de Janeiro de 2016). Esta actividade foi dirigida pelos técnicos do SDPI, com a CIBEL e a DINGSHENG Mining.

Em todas as reuniões as discussões giravam em torno da importância da mineração para o desenvolvimento e do reassentamento como condição para a melhoria de vida. As autoridades governamentais faziam promessas de bem-estar e de benefícios sociais que, na sua concepção, contribuiriam para uma “vida melhor”.

As reuniões foram coordenadas pelo SDPI em colaboração com os líderes comunitários, secretários dos bairros, a CIBEL e a DINGSHENG. Neste processo, o senhor António Chongo, foi o principal interlocutor entre todas as partes do processo. Ele tinha a responsabilidade de estabelecer um mecanismo de diálogo e comunicação para que as reuniões ocorressem. Nesta fase, Zacarias Massango, o líder comunitário reassentado e influente teve a responsabilidade de sensibilizar a população a aderir ao processo de reassentamento, apresentando as vantagens do processo para o desenvolvimento. Ele contribuiu igualmente para a identificação e quantificação das infra-estruturas abrangidas no seu povoado. Durante este processo, Joana Mazuze forneceu suporte necessário para que a população aderisse ao processo. No processo de preparação da área de reassentamento, o Régulo Alberto Nwamuza teve a tarefa de “convencer” a população do seu povoado, a

“aceitar” os novos habitantes que deveriam ser reassentados e inculcar a ideia do desenvolvimento do povoado e do distrito para os residentes de Nwamuza.

Figura 4: Reunião da administradora distrital com a população dos povoados afectados.



Fonte: SOGEOA (2016).

De acordo com uma pesquisa de mapeamento do governo, havia 331 famílias que precisavam ser reassentadas para as quais incluíam-se infraestruturas maioritariamente habitacionais, barracas, cemitérios e outros, distribuídos pelas seguintes zonas e de acordo com a tabela abaixo:

Tabela 1 – Resumo dos afectados

N.º	Nome do Bairro	N.º de Famílias	Tipo e número de casas			Gado			Campas
			Alvenaria	Palhota	Mista	Bovino	Caprino	Suíno	
01	Mudada	47	07	16	65	-	30	17	143
02	Mudumelane	04	-	02	04	-	-	-	-
03	Magavelane	20	-	15	20	-	-	-	21
04	Mabecuane	87	12	32	97	13	217	113	176
05	Mupaiaia	50	05	41	66	03	05	03	22
06	Savene	50	13	29	71	30	74	37	155
07	Mutsicuane	33	04	22	53	03	27	24	119
08	Magoda	37	05	30	50	24	51	18	45
09	Xivive	03	03	04	05	-	-	-	15
Total		331	49	191	431	73	404	212	696

Fonte: SOGEOA (2016).

O cálculo actual das infraestruturas afectadas das comunidades era de MZM: 204.600.000,00MT (duzentos e quatro milhões, seiscentos mil meticaís) do valor global para

todo o processo, o equivalente a USD: 3,720,000.00 (três milhões, setecentos e vinte mil dólares americanos) (SOGECO A 2016).

No decorrer das reuniões foi feito com os líderes comunitários o levantamento das necessidades para a exumação das campas e cerimónias familiares. Durante este processo, houve outros aspectos socio-culturais que preocuparam os líderes tradicionais como os rituais, perda de plantas e raízes tradicionais para a cura de doenças; cerimónias de invocação dos espíritos e a possibilidade de destruição do santuário de Mudumeia. Em todas as reuniões, os líderes comunitários foram unânimes em considerar que deveriam ser realizadas cerimónias de exumação de campas e outras cerimónias familiares como condição para “deixar a terra”. Consideravam os líderes comunitários que as suas terras eram produto de herança, património que não deveria ser deixado sem “comunicar os antepassados”. Apesar de muitos terem aceitado, pude observar que existem ainda campas e túmulos não transladados na zona de exploração mineira, mesmo após o reassentamento. Sobre este aspecto, segundo o Gabinete de reassentamento, deve-se a falta de consenso entre algumas famílias e o proponente sobre a exumação (algumas famílias insistem na ideia de que as campas devem permanecer naquele local, mesmo após o seu reassentamento por respeito a tradição e a memória dos seus antepassados). Conforme ilustra o quadro abaixo:

Figura 5: Necessidades para a exumação das campas e cerimónias familiares.

N.º	Designação	Quantidade	Valor Unitário (Mtn)	Valor Total (Mtn)
01	Rapé	2	50,00	50,00
02	Cabrito	1	1.500,00	1.500,00
03	Vinho Branco/ Litro	1	200,00	200,00
04	Galinha Cafreal	1	200,00	200,00
05	Vinho Garrafão Tinto/Branco	1	675,00	675,00
06	Refresco/ Caixa	1	350,00	350,00
07	Peixe Carapau 10kg	10kg	50,00	500,00
08	Farinha de milho 5kg	10kg	45,00	450,00
09	Arroz	10kg	50,00	500,00
10	Açúcar	5kg	60,00	300,00
11	Amendoim	3kg	50,00	150,00
12	Sal	2kg	15,00	30,00
13	Óleo	5L	80,00	400,00
14	Tomate	1Cxa	350,00	350,00
15	Cebola	1	280,00	280,00
16	Alho	1	150,00	150,00
17	Carvão	1	700,00	700,00
18	Outros		5.000,00	5000,00
Total				11.735,00

Fonte: SOGECO A (2016).

1.1. “Vocês terão uma boa vida”⁶

De acordo com Cornwall (2010), a palavra desenvolvimento tornou-se um *slogan* moderno, uma senha inevitável, que vem a ser usada para transmitir a ideia de que *amanhã as coisas serão melhores*, ou que é necessário melhorar as coisas. No bairro de reassentamento de Nwahamuza foi possível observar dísticos afixados em vários pontos com mensagens com o léxico sobre os benefícios do reassentamento para o desenvolvimento. A título de exemplo, na entrada principal existe uma placa com a seguinte mensagem: “*Muda para a nova casa, parte para uma vida feliz*”, induzindo a ideia de que com o reassentamento estaria garantido o desenvolvimento e conseqüentemente a felicidade para todas as famílias reassentadas.

Figura 6: Placa na entrada principal do bairro de reassentamento Nwahamuza.



Fonte: Foto tirada pelo autor, 15 de Agosto de 2019.

Ainda relativo a afixação de dísticos, outras mensagens com linguagens sobre o reassentamento *versus* desenvolvimento foram afixadas no idioma local. A figura abaixo cujo significado se traduz em: “*Desejamos uma boa entrada na nova casa e uma boa vida a todos*” induz igualmente a ideia de bem-estar. Estas mensagens não se traduzem no dia-a-dia das pessoas reassentadas no novo bairro de Nwahamuza.

Figura 7: Uso de linguagens sobre o reassentamento e desenvolvimento no idioma local.

⁶ Na concepção das autoridades governamentais o conceito de “boa vida” significava a condição de ter uma casa melhorada em relação a do povoado reassentado; deveria estar equipada com corrente eléctrica, água canalizada, ou seja, circunscreve-se na ideia de habitação nova como condição para uma vida melhor. Esta ideia é visível nos vários dísticos propagandísticos ao longo das ruas do bairro.



Fonte: Foto tirada pelo autor, 16 de Agosto de 2019.

Orçado inicialmente em cerca de 500 milhões de dólares americanos⁷, o projecto de reassentamento está sendo realizado pelo Governo Distrital de Chibuto, em parceria com a empresa de mineração DINGSHENG e visa colocar Chibuto na rota do desenvolvimento, bem como reduzir e mitigar os efeitos negativos significativos do reassentamento nas populações afectadas.

Para o efeito foi demarcada uma área de 2 mil hectares (área de exploração), e registadas todas as populações e infraestruturas que nela se encontram. Para os reassentamentos foram desenvolvidos conjuntos habitacionais por um escritório de arquitectura em Moçambique denominado CIBEL – Projectos e Engenharia. A par disso, foi identificada e parcelada pelo Governo, através do SDPI uma área com cerca de 500 talhões, incluindo espaços de lazer, jardinagem, infraestruturas públicas e sociais.

Apos consultas entre a Administradora distrital e os líderes comunitários e secretários dos bairros foram apresentadas e construídas casas modelo e submetidos a um escrutínio de votação pelos líderes, mas caberia ao Governo distrital optar por um dos modelos que a seguir se apresentam:

Figura 8: Modelos de casas propostos para o reassentamento.

Modelo 1

⁷ Em conversa com o chefe do Gabinete Técnico de Reassentamento soube que este valor foi ajustado várias vezes devido a incapacidade do proponente pagar o valor acordado inicialmente para as compensações por cada planta (árvores). Em contacto telefónico com este, no dia 30 de Maio de 2020, soube que o reassentamento do presente ano encontra-se interrompido por falta de orçamento.

desenvolvimento do distrito, sobre o novo local de habitação e modelo das futuras casas, ou seja, como seria a vida no novo bairro.

A visita do Presidente da República ao projecto das areias pesadas em Abril de 2018 e a sua satisfação com os empreendimentos projectados pela empresa [...] e o encorajamento aos investidores do projecto a continuar a trabalhar de forma coordenada com as comunidades e as autoridades do país para garantir que a iniciativa traga benefícios para todos⁸ fez a população pensar que estava a abrir-se uma nova página das suas vidas.

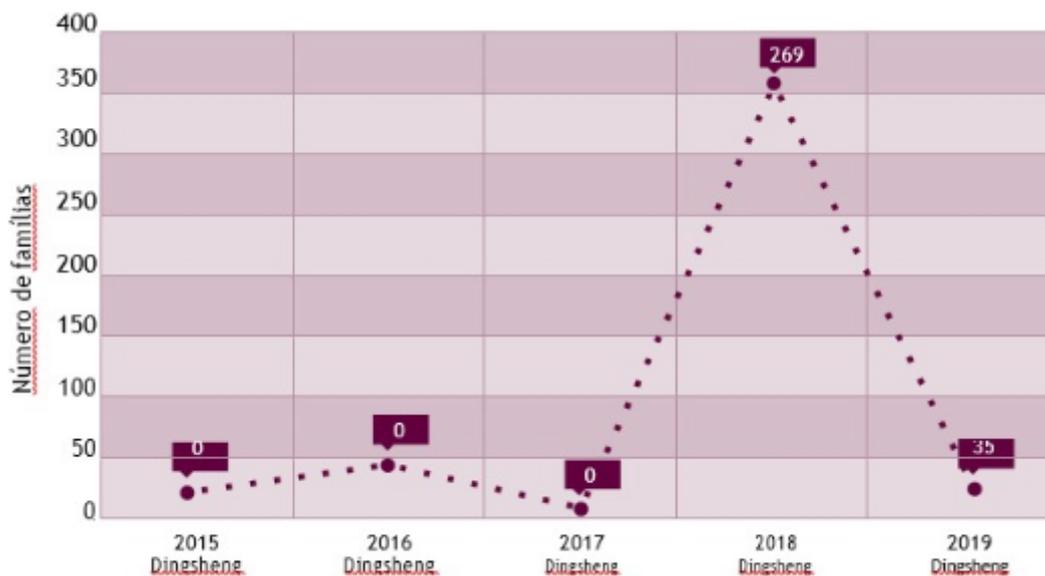
Todos os meus informantes reassentados no bairro de Nwamuza foram unânimes em afirmar que tinha expectativas que teriam uma vida melhor, mas cedo descobriram que as consultas públicas e auscultações comunitárias tinham como o propósito único de anunciar os aspectos positivos da mineração para o desenvolvimento do distrito e os benefícios do reassentamento na vida da população. Para além das infra-estruturas sociais (Escola, Hospital, Mercado, entre outras infraestruturas), houve promessa por parte da empresa de mineração Dingsheng de que todos os reassentados teriam emprego formal na empresa e o governo prometeu que as populações teriam 1 hectare de terra por família como forma de compensar as terras cedidas no âmbito do reassentamento mineiro. Em todas as sessões de consulta pública, os representantes do governo e da empresa de mineração prometiam “vida melhor” para a população como consequência do desenvolvimento previsto com a actividade de mineração.

Efectivamente, 304 famílias das cerca de 331 famílias previstas de vários povoados⁹ tinham sido reassentadas no Bairro de Nwamuza até ao mês de Outubro de 2019, e este número permaneceu até a minha última viagem ao campo em Janeiro de 2020.

Gráfico 1: Número de famílias reassentadas.

⁸<https://www.presidencia.gov.mz/pt/Actualidade/Presidente-da-Republica-Filipe-Jacinto-Nyusi-visita-Projecto-de-areias-Pesadas-em-Chibuto>.

⁹ Refere-se aos povoados de Mudada, Mudumeia, Mutsikwane, Mabekwane e Savene.



Fonte: Gabinete de reassentamento, 10 de Outubro 2019.

O processo de reassentamento ocorreu por povoados. O primeiro povoado foi o de Mudumeia pois a empresa DINGSHENG queria a área para construir o seu estaleiro, residências e escritórios para o funcionamento da empresa. Foi reassentada a população dos bairros de Mudada, Mudumelane, Magavelane, Mabecuane, Mupaiaia, Savene, Mutsicwane, Magoda e Xivive, pertencentes aos povoados de Mudada, Mudumeia, Mutsikwane, Mabekwane e Savene.

Neste processo de reassentamento, foram construídas novas habitações e infra-estruturas adjacentes. Todos os povoados abrangidos foram reassentados num único bairro, em casas de tipo 3 (3 quartos, 1 cozinha, 1 sala e 1 casa de banho interior) em talhões de 20 metros por 30 metros de dimensão. A entrega das casas era por ordem de proximidade no povoado anterior, ou seja, os familiares ou vizinhos nas antigas zonas deveriam permanecer próximos uns aos outros.

De acordo com a empresa CIBEL, consultor do Projecto, as casas estão estimadas em dois milhões de meticais e estão equipadas com energia eléctrica, água canalizada e uma torneira exterior. A imagem abaixo compara as casas do local de origem que eram de madeira e zinco, alvenaria e de material misto, de caniço com as construídas no âmbito do reassentamento.

Figura 9: Modelo de casa do bairro de reassentamento. **Figura 10:** Modelo de casa dos povoados reassentados.



Fonte: Foto tirada pelo autor, Agosto de 2019.



Fonte: SOGEOA (2016).

Todavia, alguns residentes reclamam o facto de no povoado onde residiam terem tido casas maiores em relação a dos seus vizinhos, mas no novo bairro todos terem casas iguais, isto está criando um sentimento de revolta em muitas pessoas. Associado a isso, a maior parte das famílias tinham mais do que uma casa sendo uma principal e outros anexos para os filhos bem como infra-estruturas complementares como capoeiras, celeiros e currais.

Houve casos em que não foi feito um bom mapeamento e as famílias foram atribuídas apenas uma casa por isso, de acordo com o funcionário do SDPI, António Chongo, o número de reassentados subiu acima do esperado pelo facto de haver reclamações de alguns filhos que tendo sido reassentados não podem partilhar a mesma casa com os Pais. Por questões de tradição, o Pai e os filhos não podem partilhar a mesma casa de banho. Mas no bairro de Nwamuza, existe apenas uma única casa de banho interior de cada casa. No projecto inicial, os chineses prometeram construir casas de banho exterior, mas não cumpriram a promessa. Depois de várias contestações tiveram de compensar em 10 mil meticais a cada família reassentada (Entrevista em 15 de Agosto de 2019).

Estas questões acentuam-se pelo facto de a população não ter participado na escolha do local para a construção das suas próprias casas. De acordo com alguns informantes, os moldes em que as casas foram construídas não só ignoraram a dimensão espacial das relações sociais como atropelam alguns aspectos da tradição local. De acordo com Pedro Langa, 41 anos, casado, pai de 4 filhos:

Nós temos crianças que ainda não sabem nada de higiene, o tipo das casas não combinam com as nossas famílias, existem nas nossas famílias idosos que quando precisavam de fazer necessidades maiores eram encaminhados a uma mata com os seus netos e assim tornou muito

complicado nesta zona mesmo doenças estamos a ter (...) é insulto a nossa tradição"... "Para mim é difícil viver nas casas que tudo é feito dentro, necessidades maiores, cozinhar, tudo, tudo... porque nunca em toda a minha vida, mesmo quando visito os meus familiares na cidade durmo numa casa de caniço coberta de capim apenas com uma porta (Conversa em 21 de Agosto de 2019).

De acordo com as conversas com os informantes, estes não se sentiam confortáveis em ter uma casa que acomodasse todos os compartimentos no interior designadamente: casa de banho, cozinha, sala e quartos. Na sua tradição rural, a casa principal contém apenas os quartos e a sala, sendo que, os restantes compartimentos são construídos fora da casa. Grosso modo, os informantes têm o hábito de usar a lenha como recurso de lume para confeição de alimentos, havendo dificuldades de usá-la no novo cenário em que a cozinha está no interior da casa. Uma das características comuns às casas nos povoados de origem era a existência de muitas edificações anexas às casas principais que serviam ao agregado familiar. As habitações eram compostas por mais edificações com funções específicas, tais como (casas dos filhos que já entraram na puberdade), cozinhas, casas de banho, latrinas, celeiros, curais e capoeiras, como refere Pedro Langa:

Temos filhos com idade de casarem outros já casaram, exemplo agora meu filho não tem idade para ter terreno e casa porque ainda não tem mulher, mas tem 16/17 anos e aqui onde fomos forçados a viver dimensão do terreno é de 20m por 30m, que nem tem espaço para outros Edifícios exteriores (Conversa em 21 de Agosto de 2019).

Um outro aspecto que opõe a população e a empresa é o facto de a empresa não pagar as indemnizações combinadas. Para além da casa, a compensação monetária deveria incluir outros bens materiais que a pessoa possuía no local de origem: árvores, campos entre outros. A empresa foi também acusada de não cumprir com a construção de uma escola técnica (como prevê a lei moçambicana), de um regadio para o sustento das famílias nem um local para o pastoreio dos animais (Matsinhe 2018).¹⁰

Durante a fase das compensações, lembra Massango que:

O proponente já não conseguia suportar as despesas do pagamento de 12 mil meticais por cada árvore. Houve necessidade de renegociar com a população. As pessoas estavam a rejeitar a proposta da empresa de reduzir para 3 mil meticais. Eu tive que sensibilizar a população para

10 <https://www.dw.com/pt-002/popula%C3%A7%C3%A3o-de-chibuto-descontente-com-indemniza%C3%A7%C3%B5es-de-empresa-chinesa/a-46058733>.

aceitar afirmando que o reassentamento traria desenvolvimento para o nosso distrito e futuramente muitos benefícios para os nossos filhos (Conversa em 9 de Janeiro de 2020).

Após a implementação do reassentamento, algumas questões não foram atendidas e como consequência, as expectativas de desenvolvimento esvaziaram-se à medida que o tempo passa.

A este propósito, Rosa Mbenzane, 29 anos, casada e mãe de 2 filhos, reassentada do povoado de Canhavano afirma que “No início pensei que o reassentamento para Nwahamuza seria um ganho, mas agora eu sei que não é aquilo que esperávamos.” Ela, como muitos outros reassentados, contaram como esperavam que suas vidas mudassem para melhor, esperanças de “boa vida” que foram alimentadas por promessas feitas pelo Governo e pela empresa de mineração... “Em Mudumeia não dependíamos do Governo e nem da DINGSHENG para viver, agora estamos no sofrimento”, lamentou Pedro Langa.

Em toda a caminhada comigo, o João lamentava-se do reassentamento, das perdas das terras para agricultura (sua maior paixão), do sofrimento actual e do sentimento de frustração pelo não cumprimento das promessas por parte do Governo e da DINGSHENG Mining. O João faleceu no dia 19 de Outubro de 2019 por morte súbita, de acordo com os vizinhos. Pessoas mais próximas a sua residência associam a sua morte a não adaptação ao novo local de reassentamento.

O mesmo descontentamento foi expresso pela liderança local que foram reassentados com a promessa de serem membros do Gabinete de Reassentamento, situado no bairro de Nwahamuza. Para além de Massango, outros líderes dos povoados de Mudada, Xivive, Magavelane, Mutsicwane, Mabecuane, Savene, Mupaiaia e Magoda tiveram a mesma sorte. Aparentemente a indicação dos líderes locais como membros do gabinete de reassentamento foi uma estratégia desenhada pelo governo e empresa mineira para dar uma certa legitimidade ao processo ao mesmo tempo prevenir qualquer tipo de contestação a implementação do projecto da empresa chinesa.

Os reassentados para o bairro de Nwahamuza rapidamente se encontraram numa situação que de acordo com Pijpers (2016) pode ser caracterizada como sendo de “desaquecimento”¹¹ que descreve a não concretização das promessas. As pessoas no bairro de reassentamento de Nwahamuza expressaram uma mistura complexa de sentimentos de perda, anseio por seu

11 Tradução livre do termo original “cooling down”.

antigo estilo de vida, impotência, bem como esperança contínua de ganhos futuros, como mais compensação e “projectos de investimentos para o bairro”.

No capítulo que se segue mostro como a população reassentada tem estado a se adaptar ao novo contexto seguindo a trajectória de alguns informantes.

Capítulo IV

1. Casas novas e vida (in) feliz: O quotidiano de Nwahamuza

Como observa Certeau (1996), o quotidiano é aquilo que nos é dado a cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. O campo se mostra ao antropólogo “a partir dos gestos, olhares e performance dos seus moradores; dos itinerários; dramas e intrigas vividas por eles; das formas de sociabilidade e das linguagens ordinárias de rua” (Eckert & Rocha 1998).

Neste capítulo, sigo a trajectória dos meus informantes para compreender as práticas que resultaram do reassentamento das populações em Nwahamuza no contexto das expectativas de desenvolvimento geradas pela mineração.

No dia em que conheci o bairro o que mais me chamou atenção foi o silêncio e o cheiro das folhas dos cajueiros. De acordo com o perfil do Governo do distrito de Chibuto,¹² este produz grandes quantidades de castanha do caju. Da observação feita nos povoados reassentados foi possível ver a abundância de cajueiros, novos e velhos. Com o reassentamento, a população deixou para atrás os cajueiros como meio de subsistência baseado na venda da castanha do caju, produção de sumo e álcool. Muitas das famílias não possuem meios de renda fixos, de acordo com Ernesto Tivana:

Primeira dificuldade para nós como população é a fome, estamos a morrer de fome, porque não teremos emprego, mesmo agora já começaram com os trabalhos, mas nada nos ajudam mesmo para nos dar emprego, nessa empresa trabalham apenas pessoas das outras Províncias, os confiados dos Chineses....Vivíamos na base de agricultura, cultivávamos arroz, milho e abóbora na zona baixa de que rio? na zona alta conseguíamos cultivar feijão “nhemba”, mandioca mesmo milho em menor escala e amendoim para a nossa sobrevivência, é muito complicado, o que queríamos era no sentido de o Governo e os chineses disponibilizassem em darem-nos emprego (Conversa em 21 de Setembro de 2019).

O facto de não ter sido garantida a terra para a prática da agricultura, gerou o agravamento das situações de pobreza. Nos povoados de origem, na época da colheita, as populações vendiam algum excedente, onde conseguiam rendimento para as despesas de instrução escolar dos filhos e compravam chapas de zinco e outro material para a construção. Outras

12 Ver <https://www.gaza.gov.mz/por/Ver-Meu-Distrito/Chibuto/Perfil-Do-Distrito>.

actividades de rendimento incluíam o corte de capim (palha) de construção para venda e coinfecção de esteiras, lenha e a pesca no rio Nhangule. Face à perda das fontes dos meios de vida nas áreas de origem, a população do bairro de reassentamento de Nwamuza são forçadas a percorrer longas distâncias para apanhar lenha. Em Nwamuza, as pessoas têm de recorrer a aldeia de Cochumbane para apanha de frutas ou comprá-las nas imediações.

Outras pessoas como Pedro Langa que se dedicava a pesca e a caça de animais (gazelas) para a venda e a alimentação, tiveram que alterar a sua rotina e agora exercem a pesca no rio Limpopo há aproximadamente 10 quilómetros do bairro. A corrente da água do rio Limpopo é diferente da do rio da sua comunidade de origem. Ele já não pode entrar na água e nem usar o seu anzol de linha e bambu. Os animais para a caça tornaram-se raros nas proximidades do novo bairro. Todavia, a partir de vários depoimentos e observação, notei o desenvolvimento de alguns traços de individualismo, típico das sociedades urbanas marcadas por um recolhimento da vida privada. A última vez que estive no bairro, vi que alguns residentes já estavam a construir muros de vedação nas suas habitações o que contrasta com a forma como viviam nos povoados de origem. Alguns reassentados têm os seus filhos a trabalhar na África do Sul e, quando regressam, tendem a ampliar e enfeitar as novas casas com novos estilos arquitectónicos.

O reassentamento faz parte de um processo marcado por mudanças aceleradas, com características que afectam os projectos individuais e familiares e a reprodução social das famílias. A bibliografia indica que a natureza e dimensão dos efeitos estão relacionados com as características sócio-culturais dos grupos afectados. Reis (2001) refere que esses efeitos dependem, em parte do modo como estão estruturadas as relações sociais dos grupos afectados, das suas estratégias adaptativas e redes de sociabilidade em articulação com o território que ocupam, bem como do universo cultural que dá significado e razão de ser à totalidade de sua vida social.

Alguns residentes têm estado a apostar no pequeno comércio com o dinheiro da compensação resultante do reassentamento. Emília Tamele, 34 anos, casada, mãe de 3 filhos, é um dos exemplos de residentes que estão a apostar no pequeno comércio. Ela possui uma barraca construída de madeira e chapas de zinco em frente da sua casa onde vende produtos de primeira necessidade e conta que o negócio é rentável porque o mercado mais próximo do bairro de Nwamuza fica há aproximadamente 3 quilómetros. Outros residentes, particularmente jovens, exploram as únicas seis barracas recém-construídas, que para além

dos produtos básicos vendem bebidas alcoólicas e não alcoólicas e mantem algum movimento até aproximadamente às 22h00.

Para além da venda de produtos básicos de primeira necessidade em barracas ou bancas em frente às suas casas, o quotidiano de muitas pessoas reassentadas é caracterizado pela deslocação, no início do dia, para a aldeia vizinha de Cochumbane que possui diversos recursos florestais e faunísticas, condições propícias para a prática da agricultura e criação do gado. Todavia, a terra nesta área está ocupada por outras pessoas que não residindo lá,¹³ usam-na para a sua própria subsistência. Assim, os residentes em Nwahamuza solicitam autorização a estes para usar o espaço para fins não agrícolas. Os que pretendem desenvolver a agricultura são forçados a alugar a terra num valor monetário de 3 mil meticais por cada época agrícola. Começam a surgir igualmente oportunidades de negócio associadas a este aspecto, segundo afirma Zacarias Massango:

Solicitei ao Governo do Distrito para financiar dois tractores. Propus a criação de uma comissão para gerir estes meios e com os equipamentos, pretendo ajudar as populações na lavra da terra que alugam em Cochumbane. Para cada hectare penso em cobrar 2,500 meticais (Conversa em 9 de Janeiro de 2020).

Massango solicitou o financiamento em representação dos líderes reassentados. Eles formam uma comissão de gestão destes meios chefiada pelo Massango, uma vez que o reassentamento esta parado e não se tem uma data concreta para retoma.

Os mais velhos do bairro, que representam cerca de 27% do total da população reassentada praticavam a agricultura e criavam o gado no local de proveniência, mas agora são forçados a ficar em casa e normalmente ajudam também nas pequenas tarefas de casa (ex: cozinhar e cuidar das crianças) por falta de terra para produção e longas distancias para a pastagem. Em relação à atribuição de terras, estava previsto no PAR, de acordo com SOGECO (2016) que cada família teria direito a 1/5 hectare.

Quanto a criação de animais estava previsto afectar uma população de cerca de 689 animais entre bovinos, caprinos e suínos (PAR 2016). Dada a distância do bairro ao local de cultivo e pastoreio, os anciãos têm dificuldades de caminhar para praticar esta actividade. O seu raio de acção limita-se a actividades de índole caseiro. *O Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas*: garante que no âmbito da

13 A maioritária reside no centro da cidade de Chibuto.

implementação de projectos de desenvolvimento a população afectada tenha uma melhor qualidade de vida, equidade social, tendo em conta a sustentabilidade dos aspectos físicos, ambientais, sociais e económicos.

Ernesto Tivana, ancião de 68 anos, pai de 9 filhos, era localmente conhecido por “rei do gado” porque possuía muitas cabeças de gado bovino e caprino no seu local de origem, povoado de Paiaia. Teve que vender grande parte do gado porque não via condições de construir um curral na sua nova casa para albergá-los, porque o terreno é pequeno, por um lado, e porque tinha receio de perder algumas cabeças com o processo de reassentamento para o bairro. Ele afirmou igualmente que vislumbrava dificuldades de assegurar o pasto para os animais na nova zona “urbana”.

Figura 10: Crianças no regresso do pasto.



Fonte: Foto tirada pelo autor, 09 de Janeiro de 2020.

Os fins-de-semana têm sido mais calmos no bairro de Nwahamuza e, as pessoas dedicam-se mais a igreja e o resto do dia passavam em casa. A recém-construída igreja católica (em substituição da destruída no âmbito do reassentamento) tem tido uma grande aderência dos reassentados e de pessoas de outros pontos próximos ao bairro, especialmente do vizinho bairro de Chimundo. Esta grande adesão provavelmente deve-se ao facto de a igreja ser vista como um refúgio espiritual para ultrapassar as dificuldades enfrentadas em relação aos meios de vida desestabilizados com o reassentamento.

Adicionalmente, o novo bairro parece não oferecer as condições adequadas para o crescimento individual e colectivo através da realização de certas rotinas que já haviam sido cristalizadas no local de origem. Por exemplo, Rosa Mbenzane, reassentada do povoado de

Canhavano, afirmou que gostava e estava habituada a cartar água no poço comunitário e a lavar a roupa e a loiça logo pela manhã no rio Nhangule. Segundo ela, aprendeu a “ser mulher” com esta rotina e esperava transmitir estes ensinamentos as suas filhas e sobrinhas menores que convivem com ela. Para ela, as crianças serão preguiçosas e não terão a herança familiar que todas as mulheres da sua família tiveram no povoado de origem.

De acordo com Zacarias Massango, quase todos os problemas que surgissem no povoado, antes do reassentamento, eram resolvidos de forma pacífica e amistosa com o envolvimento e acompanhamento das lideranças comunitárias. Contudo, com o reassentamento parece que a intenção foi a de substituir a função das lideranças comunitárias pela criação de um Posto Policial no bairro de Nwamuza. O resultado não tem sido, a população não tem aderido ao Posto Policial para a apresentação dos problemas do bairro e das suas famílias, como afirma Gabriel Tinga, o oficial do Posto Policial de Nwamuza:

Desde que inauguramos o Posto, até aqui não tivemos um único delito ou situação de reclusão, as populações não têm colaborado com as denúncias (Entrevista em 12 de Setembro de 2019).

Segundo Joana Mazuze, todos os problemas são apresentados e resolvidos nos dias em que são realizadas as reuniões com a população. Esta substituição da liderança local é um dos factores que contribuiu para a desestruturação do poder tradicional e institucionalização de um vazio do político e sagrado, aspectos que abordo na secção que se segue.

1.1 Desestruturação do poder tradicional e institucionalização de um vazio do político e sagrado

Para além da desestruturação dos meios de vida, o reassentamento também desestruturou o poder tradicional e criou novas hierarquias bem como trouxe desafios na relação entre os habitantes e o Estado.

Em Chibuto, foi criado um gabinete de reassentamento que funciona como a instituição responsável pela gestão do dia do novo bairro. Este gabinete funcionava inicialmente no estaleiro da Empresa de Mineração, em Mudumeia e actualmente localiza-se na entrada do bairro de Nwamuza, na casa número 5.

No dia 12 de Agosto de 2019, cheguei ao Gabinete de Reassentamento e fui apresentado a estrutura hierárquica e os membros do gabinete. Foi-me informado que os líderes dos

povoados reassentados eram membros do gabinete e fiquei logo curioso em entender o papel de cada líder no dia-a-dia desta instituição. Enquanto acompanhava o processo de recepção dos reassentados, verifiquei que cada membro do gabinete possuía uma lista com nomes e fazia o devido reconhecimento e anotações. No mesmo dia, na hora do fecho das actividades solicitei “alguns minutos” com os líderes comunitários para uma conversa em grupo. Em unísono eles me responderam: “já não somos líderes, o único que é líder aqui é este senhor”! – Apontando o senhor Zacarias Massango. E ele respondeu: “sim, sou líder influente”.

Neste momento fiquei interessado em conhecer a estrutura do poder no bairro e eis que me foi respondido que existiam 4 centros de poder: O Gabinete de Apoio Técnico ao Reassentamento, representado pelo senhor António Chongo, de 54 anos, o Régulo Nwahamuza (Alberto Nwahamuza, 68 anos), a Secretária do Bairro (Joana Mazuze, 43 anos) e o Líder Influyente (Zacarias Massango, 71 anos).

O povoado rural onde nasceu e morava o líder Zacarias Massango situa-se na localidade de Canhavano, a 12 km da sede do município de Chibuto. Sua população era composta por pessoas que tinham no seu líder a fonte de resolução de problemas. Cada uma das famílias que compunha a comunidade de possuía uma ligação de afecto ao Zacarias. Eles sabiam que a liderança tradicional era transmitida de pai para filho, segundo as regras tradicionalmente definidas. No historial da liderança familiar, o Pai do líder tinha 6 mulheres, a 1ª das quais era a Mãe do líder Zacarias. Na história do povoado, os filhos da 1ª mulher tinham o privilégio natural de suceder a liderança do pai.

Foi nesse contexto que cresceu Zacarias, primeiro filho do senhor Afonso e da senhora Joana. O senhor Afonso era o líder máximo do povoado e bisneto dos casais fundadores do povoado. A ascendência de Zacarias esteve sempre relacionada a sua linhagem familiar, isso quer dizer que era considerado ser uma pessoa “de dentro” segundo a lógica interna de herança de liderança.

A infância do Sr. Zacarias é parecida com a de várias crianças da região rural de Chibuto, entre o pastoreio do gado, o cultivo da terra e a ameaça de fome derivada da falta de chuva. Iniciou o ensino primário entre 1955-1957, até a 3ª classe em Chibuto, depois foi terminar os estudos primários na escola da missão Suíça na cidade de Maputo em 1961. Depois frequentou a escola Secundária Noroeste e posteriormente a Escola Comercial de Maputo e

mais tarde o curso técnico de Relações Públicas por correspondência através do Consulado de Portugal, onde consolidou as suas noções de liderança.

Zacarias, também migrou para África do Sul à procura de trabalho, em 1973. Trabalhou como Decorador de tectos falsos na construção civil juntando, aos poucos, o salário para enviar à família. Mais tarde tornou-se Supervisor e Encarregado de Obras. Posteriormente, Zacarias regressou a Chibuto e foi coordenar o núcleo dos pais na Igreja Católica local. Como representante Pastoral, Zacarias era chamado para participar de vários encontros, dentro e fora de Chibuto.

Em 1991, com a morte do seu Pai, Zacarias assumiu a liderança tradicional do seu povoado. Ele tinha múltiplas tarefas: resolver problemas, convocar reuniões, invocar os espíritos dos antepassados, participar de rituais comunitários, emitir e carimbar documentos (declarações), dirigir cerimónias tradicionais, bem como articular com os órgãos locais do Estado na consolidação da unidade nacional, produção de bens materiais e de serviços com vista à satisfação das necessidades básicas de vida e de desenvolvimento local. Todavia, Massango tem uma visão do projecto de mineração e conhece todo o *dossier* do reassentamento. No dia 03 de Novembro de 2014, Zacarias viajou a Xai-Xai, em representação do seu povoado, na companhia da Administradora Olinda Francisco Langa para testemunhar a assinatura do contrato de concessão mineira entre a Ministra dos Recursos Minerais, Esperança Bias, o Governador Raimundo Diomba e o representante da Companhia Mineira Chinesa Dingsheng. Durante o processo inicial de fixação dos marcos do reassentamento, a sua casa foi visitada por vários funcionários estatais nacionais e locais. Depois desta fase, iniciou-se a prospeção dos minérios. Nesta altura foi informado que deixaria de ser líder comunitário e passaria a integrar a comissão distrital de reassentamento, como membro.

No período das compensações, já não era líder comunitário. Em Outubro de 2018 iniciou-se o reassentamento e no dia 11 de Outubro foi reassentado em Nwamuza.

Com o reassentamento, Massango cessou os seus poderes e passou a ostentar o título de líder influente no processo de reassentamento, com novas tarefas administrativas no Gabinete de Reassentamento: identificar a população do seu povoado – composição dos agregados familiares, nomes dos reassentados, origem e grau de vizinhança, etc. Esta categoria de liderança comunitária foi criada como um ajuste por forma a aproveitar a sua popularidade para os processos de reassentamento subsequentes.

A posição de líder influente é inexistente no ordenamento jurídico moçambicano e parece ser um artifício retórico usado pelo governo para reduzir a contestação em relação a substituição da sucessão hereditária do régulo. De acordo com Cornwall (2010), o uso de artifícios linguísticos parece querer transmitir uma coisa, mas na prática são usadas para significar algo bem diferente ou, na verdade, não têm nenhum significado real.

Quando comecei a frequentar o Gabinete de Reassentamento, Massango era um homem aparentemente feliz no exercício das suas funções. No bairro de Nwamuza, seu nome era sempre lembrado como uma pessoa que ajudava as outras. Durante a minha estadia no bairro de Nwamuza, todos os meus informantes teciam comentários positivos a sua liderança. A minha primeira interação com ele foi no Gabinete de Reassentamento que se localiza no bairro de Nwamuza. Nos dias subsequentes, Massango convidou-me a conhecer a sua casa e sugeriu que as conversas doravante fossem lá. Durante os dias em que frequentei, a sua casa era visitada por várias pessoas, todos queriam falar sobre algum tipo de problema, uma espécie de “consultório”. Pude, em outras ocasiões, presenciar o grande carisma que ele possuía perante a população.

Em Janeiro de 2020 visitei a sua casa e passavam 15 meses após o reassentamento. Toda a conversa que tivemos foi sobre as memórias do passado no seu povoado e os custos políticos do reassentamento no bairro de Nwamuza.

Com o reassentamento para o bairro de Nwamuza deixaram-se para trás plantas que serviam de sinal de alerta para eventos extremos por acontecer. Segundo afirma Massango, havia muitas plantas e raízes na sua casa que já não são fáceis de encontrar no ambiente urbano em que residem actualmente. Estas plantas tinham uma grande utilidade para efeitos de cura através da medicina tradicional. Alguns exemplos são o *Ximuwo*, *Ndziva*, *Pfungura* e *Xenhé*. Com o reassentamento paralisado por falta de fundos, Massango tem estado quase sempre na sua casa. Estando em casa, ele tem recebido pessoas que procuram raízes para a cura de várias doenças. Este procedimento era normal no seu povoado de origem, em Mudumeia. As pessoas aproximavam-se à casa do líder tradicional quando padecessem de alguma enfermidade passível de cura por raízes locais. Sobre este aspecto Ellen & Harris (2000) citado por Siltoe (2010) argumentam que o conhecimento indígena em contextos de desenvolvimento pode estar relacionado a qualquer conhecimento realizado mais ou menos coletivamente por uma população, informando a compreensão do mundo. É baseado na comunidade, incorporado e condicionado pela tradição local. É a herança da vida quotidiana

prática, com suas demandas funcionais, e é fluida e em constante mudança, sendo dinâmica e sujeita à negociação local, regional e global em curso entre as pessoas e seus ambientes.

No povoado do Massango, existe um santuário que era frequentado durante a realização de cerimónias e rituais. Com o processo de reassentamento, este local deveria ser destruído. Massango opôs-se a sua destruição.

Nunca aceitei a destruição do nosso santuário. É a herança do nosso povo, das nossas tradições e antepassados. Até os chefes máximos do distrito e da província sabem desse sitio e da sua importância. Apesar de termos sido reassentados, o santuário não pode ser destruído (Conversa em 10 de Janeiro de 2020).

Com o reassentamento, Massango deixou de ser líder comunitário e foi lhe atribuída a categoria de “líder influente”. Esse cargo não existe na legislação sobre o Autoridades Comunitárias que é regida pelo decreto 15/2000. De acordo com Massango, este termo foi instituído como forma de aproveitar o poder que os líderes tradicionais tinham para facilitar o processo de reassentamento da população.

Para os reassentados no bairro de Nwamuza as cerimónias de invocação dos espíritos e os rituais tradicionais fazem parte do passado. As campas e túmulos foram trasladados para o cemitério municipal pois, na zona de reassentamento não existe espaço reservado para cemitério. Alguns residentes como a Rosa Mbenzane associam alguns infortúnios a não realização de rituais:

Desde que chegamos aqui não chove, veja as nossas plantas estão todas secas. Não temos machamba e confiávamos estas pequenas plantas aqui em casa, mas está tudo seco. Quando estávamos no nosso povoado, o Líder Massango fazia cerimónia de chuva, mas aqui parece que alguém amarrou para não chover (Conversa em 24 de Agosto de 2019).

O Régulo Nwamuza nunca dirigiu uma cerimónia ou ritual tradicional no bairro de reassentamento de Nwamuza. Ele afirma que não conhece as pessoas que residem no bairro, não tem uma ligação espiritual com eles:

Eu não conheço as pessoas que vivem no bairro, mesmo assim recebi a eles graças a sensibilização que o Gabinete de Reassentamento fez e as promessas que o Governo da Província fez de me oferecer uma casa nova no bairro. Foi por isso que aceitei e mobilizei os nativos para que também aceitassem. Não foi tão fácil, houve pequenos

conflitos no início, mas aceitamos. Assim estou à espera da casa (Conversa em 10 de Janeiro de 2020).

A população reassentada não encontra em ninguém a moral e fonte de resolução dos seus problemas. Alguém que possa dirigir as cerimónias tradicionais, por isso, todos os actos cerimoniais e de invocação dos espíritos liderados pelo régulo ou líder comunitário deixaram de ser praticados após o reassentamento em Nwahamuza. Neste momento, cada família pratica a sua cerimónia de forma individual. Wet (2006) considera que um processo de reassentamento feito apenas com o objectivo de mitigar os riscos não é suficiente para responder de forma justa à dimensão cultural, que é complexa e multidimensional, ou seja, os reassentamentos não devem só restaurar os rendimentos da população, mas olhar para o que constitui o reassentamento e o que o envolve, utilizando termos sociológicos.

Neste momento, Massango encontram-se abandonado e entregue à sua sorte, sem poder nem autoridade. Durante a minha última viagem de pesquisa, o reassentamento estava interrompido por falta de fundos. O gabinete de reassentamento estava encerrado e Massango estava na sua casa, lamentando das perdas que o processo de reassentamento trouxe para si e para a sua povoação.

Para os reassentados do bairro de Nwahamuza, todas as cerimónias tradicionais fazem parte do passado. De acordo com Massango, nas povoações de origem, no tempo de *Chikuwa*,¹⁴ era realizada uma grande cerimónia na casa do líder Massango e no santuário do povoado, geralmente no dia 05 de Fevereiro de cada ano. Para celebrar, matava-se cabritos e festejava-se durante dias. O Administrador Distrital ou o Presidente do Município deveria fazer-se presente por obrigação tradicional para a *kupatlha*.¹⁵ As Cerimónias para a chuva ou quando as formigas (*mbelelo*) atacavam as sementeiras o líder tradicional e os anciões faziam orações por 3 dias, entoando cânticos para espantar os males. Apanhavam as formigas e lançavam-nas no rio e tudo voltava a normalidade, salvando a época agrícola.

Quanto aos rituais de nascimento, Massango lamenta o vazio que se criou. No passado, no seu povoado, após o nascimento de uma criança era atribuída uma “categoria social” para exercer no futuro. No caso do Massango, os seus filhos deveriam seguir as seguintes categorias:

14 Frutos do Canhoeiro.

15 Cerimónia de invocação dos espíritos.

- O mais velho deveria ser o sucessor da liderança tradicional. Estava sendo preparado para este efeito;
- O filho mais novo deveria se formar, estudar para garantir a protecção académica da família;
- A segunda filha deveria aprender as tarefas da casa para casar com um homem que tivesse poder económico, religioso ou tivesse viajado e regressado da África do Sul.

Após a morte, ele, a esposa e todos os filhos deveriam ser enterrados no cemitério familiar que se situava ao lado da sua casa. Toda a família já tinha o seu espaço definido no cemitério familiar. Contudo, com o reassentamento, toda esta matriz foi afectada. Toda a lógica que norteava este pensamento foi desfeita.

Um outro aspecto referenciado por Massango tem a ver com a protecção da família. Massango já tinha protegido os seus filhos contra o feitiço através de cerimónias específicas do seu povoado. Com o reassentamento, ele sente que a família perdeu a protecção natural que tinha:

Este lugar não está bom, não sabemos o que acontecia aqui e os loyas que já passaram daqui. As crianças não levam dois meses sem queixas do corpo (doenças). No nosso povoado levávamos anos sem adoecer. Veja o exemplo do João, um jovem forte que só adoeceu por 1 dia e se foi... (Conversa em 11 de Janeiro de 2020).

Portanto, fica evidente que se culpa o reassentamento pelos males que afectam as pessoas reassentadas. Mais ainda, fez emergir o sentimento de insatisfação resultante do não cumprimento das expectativas de melhoria da condição de vida. O processo de consulta pública e auscultação comunitária (negociação de expectativas) desestruturou os modos de vida dos reassentados no bairro de Nwamuza. As promessas iniciais da empresa chinesa e do Governo relativas aos benefícios do reassentamento nos povoados não foram materializados e gradualmente se esvaziaram.

Capítulo V

Conclusões

O estudo se propôs a analisar o modo de vida que resultou do reassentamento das populações em Nwamuza no contexto de expectativas de desenvolvimento geradas pela mineração. Alguns estudos têm evidenciado que a paisagem organizacional local é, com frequência, ignorada pelos promotores dos projectos contrariando o estabelecido no Decreto-lei 15/2000 e no Artigo 24 da Lei de Terras que descrevem a articulação entre as autoridades locais do Estado e a liderança comunitária, bem como os poderes que lhes são outorgados para participar na resolução de conflitos, apresentar as opiniões das comunidades nos requerimentos para terras e identificar e delimitar as terras comunitárias.

Para tal, o modelo de análise escolhido foi o de Wiegink (2018) e Ferguson (1994), que permitiu entender como as promessas feitas no processo de consulta pública e auscultação comunitária (negociação de expectativas) gerou influência nas práticas actuais dos reassentados no bairro de Nwamuza. As promessas iniciais da empresa chinesa e do Governo nos povoados levaram ao reassentamento e foram gradualmente se esvaziando. As pessoas perderam a confiança porque as promessas não foram cumpridas por estas duas entidades.

No trabalho de campo, observei como o processo de reassentamento teve impacto na cultura dos povoados de Chibuto, no seu quotidiano, nas suas práticas, costumes, crenças, no seu afecto com a terra e nas relações sociais. E como os reassentados desses povoados com suas antigas casas perdidas para sempre e suas identidades desconstruídas resistem e transformam-se culturalmente.

Toda a discussão apresentada teve como base as entrevistas, conversas informais e observação. A interacção com os meus informantes permitiu, grosso modo, compreender o “antes e do depois” das suas vidas: comunicação inicial da intenção de reassentar, mobilização popular, reassentamento e novas vivências. Perante promessas de bem-estar e desenvolvimento, os líderes tradicionais cessaram o seu poder. Esta cessação afectou o exercício de cerimónias de invocação dos espíritos e de outros rituais específicos do povoado do principal informante, o Zacarias Massango.

Esta substituição da liderança local é um dos factores que contribuiu para a desestruturação do poder tradicional e institucionalização de um vazio do político e sagrado, aspectos que abordo na secção que se segue.

Os efeitos da mudança para o novo bairro de reassentamento de Nwamuza incidiram sobre diversos estratos sociais da área de impacto do projecto de mineração. Este processo gerou impacto no modo de vida e nas relações do poder tradicional, com tradição secular. A transferência para o bairro de Nwamuza implicou a perda dos seus direitos consuetudinários como o uso de terra e outros recursos naturais, devendo os reassentados, deslocar-se a aldeia de Cochumbane. Deste modo, o quotidiano do novo bairro tem sido marcado por um constante movimento “de e para” a aldeia, em busca dos recursos para a sua subsistência.

As pessoas no bairro de reassentamento de Nwamuza expressaram uma mistura de sentimentos de insatisfação e perda do antigo estilo de vida, impotência, bem como esperança contínua de ganhos futuros, como mais compensação e “projectos de investimentos para o bairro”.

Contudo, a população tenta construir um novo ciclo de vida, explorando novas áreas agrícolas (aldeia de Cochumbane), identificando novas formas de subsistência económica e evocação espiritual. Mesmo em contexto de situações de insatisfação dos reassentados, o projecto de mineração e reassentamento tem-se expandido, levando as famílias reassentadas que ao longo das suas trajectórias de vida construíram uma relação de afecto com os seus locais de origem e conhecimentos simbólicos a terem que se adaptar á novos ambientes planeados por entidades que desconhecem a sua realidade local.

O projecto de reassentamento de Chibuto foi concebido no modelo de substituição de casa por casa, sem contemplar aspectos de natureza compensatória aos mecanismos de geração de renda perdidos durante o processo de mudança. Deste modo, somos de recomendar que em reassentamentos futuros tenham em conta estes aspectos, reflectindo na possibilidade de adoptar um outro modelo ajustado de reassentamento que permitiria a atribuição de terra e de recursos financeiros que permitiriam aos reassentados adoptar o modo de vida que fosse melhor ajustado aos seus hábitos e costumes.

Referências bibliográficas

Agar, Michael. 2008. *The Professional Stranger: an informal introduction to ethnography*. 2ª ed. Bingley: Emerald Group.

Araújo, Manuel. 1998. *O Sistema das Aldeias Comuns em Moçambique: Transformações na Organização do Espaço Residencial e Produtivo*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento.

_____. 2002. *Urbanidades e Ruralidades em Moçambique: Conceitos ou Preconceitos?* In: Revista da Faculdade de Letras Geografia. I serie Vol. XVII/XVIII. Porto: Universidade do Porto.

Ballard, Chris & Banks, Gleen. 2003. *Resource Wars: The Anthropology of Mining*. Austrália: Reviews in Advance.

Bata, Eduardo, Barreira Celene & De Almeida Maria. 2016. *Impactos sócio-espaciais e político-econômicos dos megaprojetos de mineração em moçambique: O caso da exploração do carvão mineral de Moatize*. Brasil: Campo-Território – revista de geografia agrária.

Belshaw, Douglas. 1964. *Agricultural Settlement Schemes on the Kenya Highlands*. Nairobi: The East African Geographical Review.

Bessa, Edson. 2014. *A antropologia do desenvolvimento na busca de reflexões acerca da construção de empreendimentos em centros urbanos: o Poço da Draga e o Aquário do Ceará*. Natal: UnB.

Bihale, Domingos. 2016. *Indústria Extractiva em Moçambique: perspectivas para o desenvolvimento do país*. Maputo: CIEDIMA.

Brochmann, Grete. 1990. *Moçambique. A ajuda norueguesa num contexto de crise*. Bergen: CMI.

Casal, Adolfo Yanez. 1995. *Antropologia e Desenvolvimento, as Aldeias Comuns de Moçambique*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.

Cernea, Michael. 1996. *Compreensão e prevenção do empobrecimento das reflexões de Deslocamento sobre o Estado do Conhecimento*. Vol.2 Oxford: Berghan Books.

_____. 2003. *For a New Economics of Resettlement: A Sociological Critique of the Compensation Principle. An Exchange on the Compensation Principle in Resettlement*. International Social Science Journal.

Certeau, Michel de, Giard Luce & Mayol Pierre. 1996. *A invenção do cotidiano: 2 – Morar, cozinhar*. Petrópolis – Rio de Janeiro: Vozes.

Choshi, Sam. 2011. *Mining Minerals Sustainable Development Southern Africa*. South Africa: African Institute of Corporate Citizenship.

Chuhan-Pole, Punam, Dabalen Andrew & Land Bryan. 2017. *Mining in Africa: Are local Communities Better Off?*. Washington: The World Bank.

Colson, Elizabeth. 1994. *Refugiados do Desenvolvimento: Indianos, africanos e as Grandes Barragens*. Oxford: University of Montana.

Cornwall, Andrea. 2010. *Introductory overview – buzzwords and fuzzwords: deconstructing development discourse*. In Cornwall, Andrea & Eade Deborah (org.). 2010. *Deconstructing Development Discourse: buzzwords and fuzzwords*. UK: Warwickshire.

Dalmolin, Bernadete, Lopes Stella & Vasconcellos Maria. 2002. *A Construção Metodológica do Campo: Etnografia, Criatividade e Sensibilidade na Investigação*. Brasil: Saúde e Sociedade.

De Matos, Elmer & Medeiros, Rosa. 2012. *Exploração mineira em Moatize, no centro de Moçambique: que futuro para as comunidades locais*. Brasil: FU.

Dey, Ian. (1993) *Qualitative Data Analysis: A User-Friendly Guide for Social Scientists*. London and New York: Routledge Taylor & Francis e-Library.

Duarte, Rosália. (2002) *Pesquisa Qualitativa: Reflexões Sobre o Trabalho de Campo*. *Cadernos de Pesquisa*. Pesquisa [online] n. 115.

Eckert, Cornelia & Rocha, Ana. 1998. *A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica*. Vol. 41. nº2. São Paulo: Revista de Antropologia.

Ellen, Roy & Harris, Holly. 2000. *In Indigenous environmental knowledge and its transformations*, Ellen, Roy, Parkes Petter e Bicker Allan (eds.) Amsterdam: Harwood.

Emerson, Robert, Fretz Rachel & Shaw Linda. 2013. *Participant Observation and Fieldnotes*, in Atinkson Paul, Coffey, Amanda, Delalmon, Sara, Lofland, Lyn & Lofland, Jonh (eds). *Handbook of Ethnography*. Washington: SAGE.

Escobar, Arturo. 1997. *Anthropology and Development*. *International Social Science Journal* (154):497-515.

Ferguson, James. 1994. *The anti-politics machine: 'development,' depolitization, and bureaucratic power in Lesotho*. Cambridge: University of Minnesota.

Ferguson, James & Lohmann, Laerry. 1994. *The anti-politics machine: 'development' and bureaucratic power in Lesotho*. The ecologista.

Flick, Uwe. 2007. *Introdução à Pesquisa Qualitativa* (3ª edição). Porto Alegre: Artmed.

Francisco, António. 2010. *Desenvolvimento Comunitário em Moçambique – Contribuição Para a Sua Compreensão Critica*, Namacurra: Editora BS.

Franks, Daniel. 2012. *Social Impact Assessment of Resources Project*. Australia: International Mining for Development Centre.

Frei, Vanito, Chaveiro Eguimar & Macaringue Ernesto. 2016. *Mineração e apropriação da terra em moçambique: algumas reflexões sobre o processo de expropriação das comunidades locais*. Brasil: IESA.

Green, Judith & Thorogood, Nicki. 2011. *Qualitative Methods for Health Research*. Los Angeles: SAGE.

Godoy, Ricardo. 1986. *Mining: Anthropological Perspectives*. Massachusetts: Annual Reviews.

Gow, David. 2002. *Anthropology and Development: Evil Twin or Moral Narrative? Human Organization*.

Hammersley, Martyn & Atkinson, Paul. 2007. *Ethnography: Principles in Practice*. New York: Routledge.

Hansen, Art & Oliver-Smith, Anthony. 2009. (eds). *Involuntary Migration and Resettlement*. Boulder: Westview Press.

Heyl, Barbara. 2013. *Ethnographic Interviewing*, in Atinkson, Paul et al (eds). *Handbook of Etnography*. Washington: Sage.

Lanzano, Cristiano. 2018. *Gold digging and the politics of time: Changing timescapes of artisanal mining in West Africa*. The Netherlands: Elsevier.

Lewis, David. 2005. *Anthropology and development: the uneasy relationship*. London: LSE Research Online. Available at: [Http://eprints.lse.ac.uk/archive/000000253](http://eprints.lse.ac.uk/archive/000000253).

Li, Tania. 2007. *The Will to Improve: Governmentality, Development and the Practice of Politics*. Durham, NC: Duke University Press.

Lillywhite, Serena, Kemp, Deanna & Sturman, Kathryn. 2015. *Mining, Resettlement and Lost Livelihoods: Listening to the Voices of Resettled Communities in Mualadzi, Mozambique*. Oxfam: Melbourne.

Matsinhe, Carlos. 2018. *Moçambique: População de Chibuto descontente com indemnizações da empresa chinesa*. Xai-Xai: DW.

Mburrugu, Edward. 1994. *Dislocation of Settled Communities in the Development Process: The Case of Kiambere Hydroelectric Project*. In: Cook, Cynthia (orgs.) *Involuntary Resettlement in Africa: Selected Papers from a Conference on Environment and Settlement Issues in Africa*. Washington: The World Bank.

Milando, João. *Actores «Invisíveis» do Desenvolvimento em África: o kindoki na racionalização de comportamentos no meio rural de Cabinda (Angola)*, Cadernos de Estudos Africanos [Online].

Mosca, João, & Selemene, Tomas. 2011. *El dorado Tete – os mega-projectos de mineração*. Maputo: CIP.

Mosse, David. 2004. *Is Good Policy Unimplementable? Reflections on the Ethnography of Aid Policy and Practice*. Development and Change.

Nisbet, Robert. 1979. *Introducción: el problema del cambio social* in Kuhn, Thomas; White, Lynn (eds.) *Cambio Social*. Madrid: Alianza.

Pegg, Scott. 2005. *Mining and poverty reduction: Transforming rhetoric into reality*. Indianapolis: ELSEVIER.

Pijpers, Robert. 2016. *Mining, expectations and turbulent times: locating accelerated change in rural Sierra Leone*. *Hist. Anthropol.*

Rahnema, Majid. 1995. «Poverty», in Wolfgang Sachs (org.), *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. Johannesburg: Witwatersrand University Press. London & New Jersey. Zed Books.

Reis, Maria. 2001. *Espaços, vivências e identidades. Os camponeses do Alto Uruguai e a hidrelétrica de Itá*. In: BALAZOTE et al (eds.). *Antropoloia y grandes proyectos en el Mercosur*. La Plata: Editorial Minerva.

Roesch, Otto. 1986. *Socialism and Rural development in Mozambique: the case of Aldeia Comunal 24 de Julho*. Tese de Doutorado, Universidade de Toronto.

Rohden, Fabíola. 2006. *Para que serve o conceito de honra, ainda hoje?* Campos.

Rossi, Benedetta. 2004. *Order and Disjuncture: Theoretical Shifts in the Anthropology of Aid and Development*. *Current Anthropology*.

Sardan, Jean-Pierre Olivier de. 2005. *Anthropology and Development: understanding contemporary social change*. London: Zed Books.

Selemene, Tomas. 2010. *Questões à volta da mineração em Moçambique – relatório de monitoria das actividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundega*. Maputo: CIP.

Shamini, Chandran. 2012. *Challenges of IDP Resettlement in Sri Lanka: An Examination of Northern Spring Project in Vavuniya District*. *Journal of International Development and Cooperation*.

Sillitoe, Paul. 2010[2002]. *Participant Observation to Participatory Development: Making Anthropology Work* in Sillitoe, Paul, Bicker Allan & Pottier, Johan. 2010. *Participating in Development: Approaches to Indigenous knowledge*. London and New York: Routledge.

Silva, Alcino. 1992. *Diferenciação Camponesa e Agricultura Colonial: O caso do baixo Limpopo, distrito de Xai-Xai, 1950-74*. Maputo: Instituto Superior Pedagógico.

Singh, Shekhar. 2013. *The Impacts of Urban Resettlement on Children: a Case Study on the Mumbai Urban Transport Project, Funded in part by the International Development Association*. Bank Information Center.

Thabane, Motlatsi. 2000. *Shifts from old to new social and ecological environments in Lesotho Highlands water Scheme: relocating residents of the Mohale Dam area*. Journal of Southern African Studies.

Warren, Michael 1991. *Indigenous Knowledge Systems: The Cultural Dimension of Development*. New York: Columbia University Press.

Wet, Chris de. 2006. *Deslocamento Induzido pelo Desenvolvimento – Problemas Politicas e Populacional. Estudos em Migração Forçada*. S/l: Berghan Books.

Wiegink, Nikkie. 2018. *Imagining Booms and Busts: Conflicting Temporalities and the Extraction- ‘Development’ nexus in Mozambique*. The Netherlands: Elsevier.

Zhour, Andréa. (Org). 2017. *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Brasil: editorial iGuana.

Relatórios

GLOBAL BUSINESS REPORT. 2012. *Mining in Southern Africa: One of the world’s last mining frontiers*. South Africa.

SOGECO. 2016. *Plano de Acção de Reassentamento do Projecto de Exploração da Ilmenite no Deposito de Areias Pesadas de Chibuto, Província de Gaza, Moçambique*.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. 1998. *História de Moçambique: primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886)*. Vol. 1. Maputo: Livraria Universitária.

Legislação

Constituição da República de Moçambique. 2018. Imprensa Nacional: Maputo.

MICOA. 2006. *Directiva Geral para o Processo de Participação Pública: Diploma Ministerial n.º 130/2006 de 19 de Julho*. Imprensa Nacional: Maputo.

MICOA. 2012. Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas: Decreto 31/2012 de 8 de agosto. Imprensa Nacional: Maputo.

MINAG. 1997. *Lei de Terras: Lei N. 19/97 de 1 de Outubro*. Maputo: Imprensa Nacional.

MAE. 2000. *Estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do Estado com as Autoridades Comunitárias: Decreto 15/2000, de 20 de Junho*. Maputo: Imprensa Nacional